

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO PROF. JACY DE ASSIS

JÉSSICA BOLPETI SCARIN

**A MULTIPARENTALIDADE ADVINDA DA SOCIOAFETIVIDADE:
SENTIMENTOS E IDEIAS QUE ALICERÇAM AS FAMÍLIAS E OS
REFLEXOS JURÍDICOS NO ORDENAMENTO PÁTRIO**

UBERLÂNDIA
2019

JÉSSICA BOLPETI SCARIN

**A MULTIPARENTALIDADE ADVINDA DA SOCIOAFETIVIDADE: SENTIMENTOS
E IDEIAS QUE ALICERÇAM AS FAMÍLIAS E OS REFLEXOS JURÍDICOS NO
ORDENAMENTO PÁTRIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentando
ao Núcleo de Produção Científica da Faculdade
de Direito da UFU como requisito parcial
avaliativo para obtenção do título de Bacharel
em Direito.

Orientadora: Karina Lima Junqueira de Freitas

UBERLÂNDIA
2019

A MULTIPARENTALIDADE ADVINDA DA SOCIOAFETIVIDADE:
SENTIMENTOS E IDEIAS QUE ALICERÇAM AS FAMÍLIAS E OS
REFLEXOS JURÍDICOS NO ORDENAMENTO PÁTRIO

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Faculdade de Direito “Professor Jacy de Assis”
da Universidade Federal de Uberlândia, como
requisito parcial à obtenção do título de Bacharel
em Direito

Orientadora: Karina Lima Junqueira de Freitas

Uberlândia, ____ de _____ de 2019.

Banca Examinadora:

Professora Karina Lima Junqueira de Freitas

Examinador

Examinador

RESUMO

Ao longo dos séculos, o instituto familiar vem sofrendo muitas transformações em sua construção por conta das mudanças de ideais principiológicos que regem a sociedade no tempo e no espaço. Nos últimos anos, em especial, houve grande reforma com a mudança de eixo, no qual o poder familiar passa do total domínio da figura masculina para um estado de solidariedade e igualdade entre os demais membros da família, permitindo que novos modelos familiares surgissem, onde o amor e a busca da felicidade passam a ser destaques. Ademais, o atual ordenamento jurídico brasileiro não estabelece o que seja família, deixando a cargo do intérprete tal tarefa. É nesse contexto que surge o reconhecimento de uma prática há muito existente: a sociafetividade, a qual propicia o nascimento da multiparentalidade. Ambos institutos não são mencionados expressamente por nenhum diploma legal, mas suas fundamentações alicerçam-se em diversos princípios constitucionais. Porém, muito além do Direito de Família, o instituto cria direitos e deveres em diversos ramos do direito. E é com base nesses parâmetros que esse trabalho pretende analisar a aceitação da multiparentalidade pela doutrina e pela jurisprudência e os efeitos jurídicos por ela causados.

Palavras-chaves: parentalidade; filiação; sociafetividade; pluralidade familiar; desbiologização; multiparentalidade; efeitos jurídicos; afeto no relacionamento familiar.

ABSTRACT

Over the centuries, the family institute has undergone many transformations in its construction due to the changes of ideological principles that govern society in time and space. In recent years, in particular, there has been a major reform with the change of axis, in which family power passes from the total domination of the male figure to a state of solidarity and equality among the other members of the family, new family models emerged, where love and the pursuit of happiness become highlights. In addition, the current Brazilian legal system does not establish what is family, leaving the task to the interpreter. It is in this context that the recognition of a long-standing practice emerges: the socio-affectivity, which fosters the birth of multiparentality. Both institutes are not expressly mentioned by any legal diploma, but their foundations are based on several constitutional principles. However, far beyond Family Law, the institute creates rights and duties in various branches of law. And it is based on these parameters that this work intends to analyze the acceptance of the multiparentality by the doctrine and the jurisprudence and the legal effects caused by it.

Keywords: parenting; filiation; socio-affectivity; plurality of families; *unbiologization*; multiple parenthood; legal effects; affection in family relationship.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. FAMÍLIA NO DIREITO BRASILEIRO	11
2.1 Delineamento Histórico.....	11
2.2 Delimitação Conceitual.....	13
2.2.1 O conceito de família para a doutrina	14
2.2.2 A família na História do Brasil e seu reflexo no ordenamento jurídico pátrio	15
2.2.3 Tipos de Família na Contemporaneidade Brasileira	20
2.3 Poder Familiar	23
2.4 Parentesco e Filiação	25
2.4.1 Parentesco	25
2.4.2 Filiação	27
3. PRINCÍPIOS AFETOS À FAMÍLIA	30
3.1 Dignidade da Pessoa Humana (art. 1º, III, CF/88)	31
3.2 Solidariedade (art. 3º, I, CF/88).....	31
3.3 Isonomia entre Filhos (art. 227, §6º, CF/88 e art. 1596, CC/2002)	32
3.4 Dever de Convivência Familiar (art. 227, <i>caput</i> , CF/88)	32
3.5 Liberdade (no planejamento familiar) (art. 1513, CC/88)	32
3.6 Paternidade Responsável (art. 226, §7º, CF/88)	33
3.7 Proteção Integral à Criança e ao Adolescente e Melhor Interesse da Criança e do Adolescente (art. 227, <i>caput</i> , CF/88 e arts. 1.583 e 1.584, CC/2002)	33
3.8 Pluralismo das Entidades Familiares (art. 226, §§ 3º e 4º, CF/88)	34
3.9 Afetividade.....	34
4. MULTIPARENTALIDADE E EFEITOS JURÍDICOS	37
4.1 Conceito e Origem.....	37
4.2 Fundamentação	39
4.2.1 Doutrina	39
4.2.2 Jurisprudência e RE 898.060/SC - STF.....	43
4.2.3 Provimento nº 63 do CNJ	50
4.3 Efeitos Jurídicos.....	51
4.3.1 Nome	51
4.3.2 Guarda	52

4.3.2 Alimentos	53
4.3.4 Sucessórios.....	55
4.3.5 Previdenciários, Eleitorais e Tributários	56
5. CONCLUSÃO.....	59
REFERÊNCIAS	63

1. INTRODUÇÃO

O ordenamento jurídico sempre teve o condão de proteger os direitos e garantias individuais dos cidadãos e, ao que tange a temática que a presente monografia pretende abordar, o aporte fornecido por ele não deve ser diferente.

Na seara do Direito de Família, o tema da multiparentalidade teve suas discussões iniciadas na última década e, por tal questão, embora haja uma corrente majoritária que vê com positividade sua aceitação, há muitos outros que não aprovam sua permissão. Esse último posicionamento ocorre principalmente quando se consideram as problemáticas acerca dos efeitos jurídicos advindos, especialmente nos sucessórios.

É relevante ressaltar que, o ordenamento jurídico, além do fim já mencionado, busca a ordenação social, utilizando-se de elementos derivados dos costumes sociais. Acontece que os componentes da sociedade são seres individualizados que têm suas próprias crenças e valores, os quais também variam de acordo com a época. Nessa esfera, talvez seja o Direito de Família um dos ramos do Direito que mais necessitam acompanhar as mudanças para lidar, na prática, com essas situações.

Nesse sentido, a família, por ser um instituto social, encontra-se sempre em evolução, tendo, muitas vezes, o Direito que se adaptar a essas alterações, uma vez que não há como o legislador prever todas as possíveis mudanças de pensamento e comportamento que possam vir a acontecer, principalmente no que tange às relações familiares.

O advento da Constituição da República Federativa do Brasil, que comemorou esse ano seu 31º aniversário, trouxe mudanças radicais de paradigmas e conceitos quando pôs em ênfase o antropocentrismo em vez do patrimonialismo no cerne do sistema jurídico pátrio. Como decorrência, a repersonalização do Direito Civil deu à família especial proteção estatal, que, antes intervencionista, passou a pautar-se na efetivação dos direitos fundamentais, especialmente o bem-estar dos indivíduos que integram a entidade familiar.

Importa dizer que, na contemporaneidade, as famílias, muito mais do que antigamente, são formadas com base no sentimento que permeia cada um de seus componentes, são fundadas no amor, no respeito e na igualdade, objetivando a felicidade de todos.

Há, na atualidade, novas estruturas familiares em curso que fogem a antiga família patriarcal, matrimonializada, hierarquizada e biológica. Deparamo-nos frequentemente com as famílias em mosaico, as monoparentais, as paralelas, as poliafetivas e outras que desafiam as normas institucionalizadas. Uma dessas estruturas que reclama proteção jurídica é constituída pela parentalidade socioafetiva, a qual pode apresentar, como consequência, a multiparentalidade.

Nesse contexto, a multiparentalidade acaba por se tornar um desses novos temas em que o Poder Judiciário precisa fazer as vezes do legislador para que a legislação vigente se adeque a uma situação real, primando o atendimento de todos os preceitos constitucionais, em especial aqueles atinentes à dignidade da pessoa humana e à afetividade, preponderantes em todas as relações familiares.

Acompanhando a discussão sobre a parentalidade socioafetiva, a doutrina tenta auxiliar a jurisprudência a tutelar essas relações de parentesco que nascem da convivência entre pessoas que não obrigatoriamente apresentam vínculo biológico, mas que detém, para si próprios e para a sociedade, os papéis de pais e filhos dentro do instituto “família”.

Devido à importância do tema, tendo em vista estar relacionado ao menor organismo de compartilhamento de frustrações, contentamentos e sonhos de uma pessoa, e envolver diretamente crianças e adolescentes – indivíduos detentores de proteção integral garantida constitucionalmente –, a presente monografia busca atestar a viabilidade da multiparentalidade advinda da parentalidade socioafetiva, levando em consideração os sentimentos e ideais que alicerçam as famílias contemporâneas.

Ademais, como se conclui, a multiparentalidade apresenta reflexos não somente no Direito de Família, como no Direito das Sucessões e outros, por isso, a presente monografia objetiva levantar a discussão acerca das lacunas deixadas pelo legislador e dos deveres e direitos da parentalidade/filiação atribuídos de forma plural, isto é, as consequências jurídicas do instituto da multiparentalidade, consubstanciado na possibilidade de um mesmo filho possuir mais de um pai e/ou mãe e demais graus de parentesco decorrentes do reconhecimento destes.

O estudo será feito com uma abordagem histórica em relação aos principais conceitos relativos ao tema em questão, buscando uma análise principiológica das constituições nacionais até a Carta Magna de 1988, além do arrolamento de efeitos sociais e jurídicos aos envolvidos nessa nova forma de estrutura familiar. Para tal,

utilizar-se-á de pesquisa bibliográfica, doutrinária e jurisprudencial, problematizando o estabelecido no ordenamento jurídico, a fundamentação da família eudemonista e a solução encontrada pela jurisprudência aos casos reais.

Os métodos empregados são o dedutivo. Pelo primeiro, partindo-se da premissa de que as relações humanas evoluem de maneira mais rápida que o ordenamento jurídico é capaz de acompanhar; pelo segundo, que a jurisprudência tem de ponderar os contextos históricos – de edição da lei e de julgamento do caso –, atrelados à subjetividade humana, em relação à normatividade e segurança jurídica no tocante à multiparentalidade associada ao Direito de Família e Direito das Sucessões.

2. FAMÍLIA NO DIREITO BRASILEIRO

2.1 Delineamento Histórico

Para delimitar o atual conceito de família, é pertinente, antes, trazer um breve relato histórico de como esse instituto fora criado dentro da sociedade e das alterações sofridas ao longo do tempo na forma de sua construção para compreender a maneira como ele se arranja nos dias contemporâneo.

Na sua origem remota, as famílias, caracterizadas pelas uniões entre homens e mulheres, surgem como forma de facilitar o trabalho diário em busca de alimento, cuidado com a prole e auxiliar na defesa contra possíveis predadores e competidores. Com o passar dos anos e com o abandono do modo de vida nômade, originaram-se as tribos e, com elas, veio o desenvolvimento da agricultura e pecuária, surgindo a necessidade de manter em mãos as terras em que elas se assentavam, evitando a mescla ou domínio de pessoas fora do grupo, iniciando-se também uma espécie primitiva de propriedade da terra. Houve, ao longo da história, modelos diferenciados de família, mas tinham como características essenciais a mútua proteção e a segurança; a formação da família era determinada pela necessidade de subsistência.

Já na Antiguidade, tanto na Grécia, como em Roma, as famílias tinham sua própria justiça, costumes e tradições, os quais eram escolhas do chefe da família, denominado como *pater*, notando-se uma nítida sujeição dos demais membros do clã. Elas se estruturavam de maneira patriarcal, em que o pai detinha o poder de vida e morte dos filhos; não se cogitava desfazimento da união conjugal e o filho primogênito era o único a ter direito sobre os bens materiais. Figurava a imagem do casamento visto como relação de compra e venda, além de, salvo pequenas distinções, o direito de usucapião às mulheres. Predominava aqui a coisificação da mulher e dos filhos.

Na Idade Média, o conceito de família, que se apoiava na união com o propósito de conservação dos bens, prática comum de ofício e preservação de honra e vida, passa por forte determinação e influência da Igreja Católica. Com o declínio do Império Romano, o cristianismo passa a ser reconhecido como religião oficial dos povos ditos civilizados e o direito canônico começa a se fortalecer, influenciando, assim, o Direito de Família. Como havia sempre a certeza pelo lado da mãe, ao passo que nem sempre havia pelo do pai, estabelece-se a monogamia como única forma aceita por Deus, de modo a garantir a ancestralidade e perenidade do casamento, criando-se também a tipologia dos filhos – naturais, legítimos, adulterinos e incestuosos –, que figurou durante muito tempo.

Nos primórdios da Igreja Católica, esta não se opunha diretamente a outras formas de constituição da família que não o casamento. No entanto, durante a Idade Média, ela impôs a forma pública de celebração, criando o dogma do matrimônio. O cristianismo, então, reconheceu na família uma entidade religiosa, transformando o casamento, para os católicos, num sacramento. A família foi convertida em célula-mãe da Igreja, hierarquizada e organizada a partir da figura masculina.¹

Passando-se adiante na História, no início do século XVI, com a Reforma protestante, altera-se o enfoque dado à família. Para os católicos, caberia somente à Igreja disciplinar o casamento; para os não católicos, caberia tão somente ao Estado. Nos países onde ocorreu a Reforma, surgiram as primeiras leis civis disciplinando o casamento não religioso e transformando-o no único válido legalmente.

No final do século XVIII, a Revolução Francesa, com seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, trouxe mudanças de paradigmas até então tidos como absolutos. Não obstante, o direito francês não contemplou essas mudanças, pois sofria ainda grande influência do direito canônico, e quaisquer outras formas de constituição da família que não o casamento formal, não produziam efeitos jurídicos. O próprio Código de Napoleão, outorgado 15 anos após o início da Revolução, fonte inspiradora de diversas codificações modernas, a exemplo do próprio Código Civil Brasileiro de 1916, silenciou a respeito, e, embora admitisse o desquite, deixava clara a maior proteção ao casamento em detrimento da proteção aos filhos.

Com o fim da idade moderna, simultaneamente ao distanciamento do Estado em relação à Igreja – identificado como laicização – novos fenômenos surgiram. O rompimento de alguns costumes, graças à revolução feminista, ocorrida na década de 60, o aparecimento dos métodos contraceptivos e a evolução da genética – a qual possibilitou novas técnicas de reprodução –, além da entrada de vez da mulher no mercado de trabalho, foram fatores que contribuíram para redimensionar o conceito de família.

Na contemporaneidade, com a evolução das relações humanas, o direito, baseado em princípios democráticos assentados na dignidade da pessoa humana, não mais pôde considerar como família apenas a relação entre um homem e uma mulher, unidos pelos laços do matrimônio. Destarte, rompidos os paradigmas identificadores da família, que antes se assentavam na tríade

¹ SIQUEIRA, Alessandro Marques de. **O conceito de família ao longo da história e a obrigação alimentar**. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 15, n. 2664, 17 out. 2010.

casamento/conveniência/reprodução, é preciso buscar uma nova concepção que inclua todas as formas existentes nos dias atuais. Dentro deste novo conceito, pode-se vislumbrar novos modelos de família, nos quais a felicidade seja o objetivo mútuo de todos os membros, tema a ser explorado no presente trabalho.

2.2 Delimitação Conceitual

A palavra “família” deriva do termo *famulus*, do latim, que significa “escravo doméstico”. Foi criado na Roma antiga para servir de base para designação de grupos submetidos à escravidão agrícola.²

Como já mencionado, as famílias primitivas – primeira forma de organização social – baseavam-se no instinto sexual e no instinto de sobrevivência, fazendo-nos concluir que a “família” precede ao Estado e à Religião. Sabe-se ainda que o conceito de família se molda de acordo com o tempo e a estrutura social, na medida em que sofre influência dos acontecimentos sociais. Considerando isso e a importância do tema abordado no presente trabalho, é relevante suscitar o conceito de família para a Psicologia e Sociologia, ciências que estudam a psiquê e o comportamento dos seres humanos como indivíduos e as interações destes como partes de um todo.

Para a Psicologia, família consiste em:

Um grupo de pessoas, vivendo em uma estrutura hierarquizada, que convive com uma proposta de uma ligação afetiva duradoura, incluindo uma relação de cuidado entre adultos e deles para crianças e idosos que aparecem no contexto. Pode-se também entender como uma associação de pessoas que escolhe conviver por razões afetivas e assume um compromisso de cuidado mútuo e, se houver, com crianças, adolescentes e adultos.³

Nota-se que, embora a hierarquia seja mencionada no conceito acima, a questão do afeto aparece como cerne da relação familiar, sendo ela a principal ligação e razão para o envolvimento dos membros. Além disso, nota-se que a definição dada não estabelece um número mínimo de pessoas, tampouco determina que ela somente possa originar-se da união de dois indivíduos de sexos distintos ou impõe a obrigatoriedade da biologização e/ou genetização entre os membros.

Já para a Sociologia, família é:

² BARRETO, Luciano Silva. **Evolução histórica e legislativa da família**. In: Curso de 10 Anos do Código Civil: Aplicação, Acertos, Desacertos e Novos Rumos, volume I., 2013, Rio de Janeiro. **Anais....** Rio de Janeiro: Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), 2013, p. 206.

³ SZYMANSKI, Heloisa. **Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança**. Revista Quadrimestral de Serviço Social. 2002, p. 15.

Um grupo que apresenta organizações estruturadas para preencher as contingências básicas da vida biológica e social. Trata-se de uma unidade social básica, ou seja, o agrupamento humano mais simples que existe, por isso a família é a instituição básica da sociedade.⁴

Percebe-se que, para essa ciência, os indivíduos funcionariam como células, os quais, juntos, formariam algo analógico ao tecido, aqui denominado “família”, demonstrando que sem essa união, seríamos sujeitos sem ligação interpessoal e sem o mínimo de coletividade.

2.2.1 O conceito de família para a doutrina

No âmbito jurídico, não existe um único conceito na doutrina. Há os mais tradicionais, como Silvio Rodrigues, que entende como família, em sentido estrito, o conjunto de pessoas compreendido pelos pais e sua prole; enquanto que, em sentido mais amplo, o conjunto de pessoas provindas de um tronco ancestral comum, dependente de consanguinidade.⁵

Outros doutrinadores já tem uma aceção um pouco menos restrita, como Maria Helena Diniz, que, embora conceitue família em sentido estrito como o conjunto de pessoas unidas pelos laços do matrimônio e da filiação; no sentido amplo, discorre como sendo todos os indivíduos que estiverem ligados pelo vínculo da consanguinidade ou da afinidade.⁶

Outros autores entendem que família apresenta um alcance mais amplo. Para Paulo Nader, ela pode se fundar em laços biológicos, mas tal quesito não é uma obrigatoriedade:

Família é uma instituição social, composta por mais de uma pessoa física, que se irmanam no propósito de desenvolver, entre si, a solidariedade nos planos assistencial e da convivência ou simplesmente descendem uma da outra ou de um tronco comum.⁷

Para Cristiano Chaves de Farias e Nelson Roselvald, família:

Assume uma concepção múltipla, plural, podendo dizer respeito a um ou mais indivíduos, ligados por traços biológicos ou sociopsicoafetivos, com

⁴ DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007, p. 30.

⁵ RODRIGUES, Sílvia. **Direito Civil: Direito de Família**, vol. VI, 28ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2004, p. 3

⁶ DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito de Família**, vol. 5, 25ª. edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2010, p. 4.

⁷ NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil: Direito de Família**, vol. 5, 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 33.

a intenção de estabelecer, eticamente, o desenvolvimento da personalidade de cada um.⁸

A exemplo dessa conceituação, para Maria Berenice Dias, faz-se necessário:

Ter uma visão pluralista da família, que abrigue os mais diversos arranjos familiares, devendo-se buscar o elemento que permite enlaçar no conceito de entidade familiar todos os relacionamentos que têm origem em um elo de afetividade, independentemente de sua conformação.⁹

Assim, observa-se que, conquanto não haja um único conceito do que seja família para a doutrina jurídica, existe uma tendência a excluir a obrigatoriedade do matrimônio, bem como da consanguinidade, para a formação dessa. Há uma compreensão cada vez maior de que a essência para a constituição familiar é o envolvimento emocional, fruto da vontade, que vincula seus integrantes, depreendendo-se que, com o desaparecimento da família patriarcal, a família contemporânea delimita-se como um grupo social fundado essencialmente nos laços de afetividade, que desempenhava funções procriativas, econômicas e políticas.

2.2.2 A família na História do Brasil e seu reflexo no ordenamento jurídico pátrio

A família, como já mencionado, consiste na unidade basilar da sociedade, tendo sido a primeira manifestação de agrupamento social verificada na História. No Brasil, tal qual aconteceu ao redor do mundo, o instituto sempre possuiu forte carga moral, representando e refletindo os valores vigentes de cada época.¹⁰

Desde a descoberta do Brasil, há pouco mais de meio milênio, ocorreram na sociedade mudanças jurídicas e políticas que alteraram a percepção e idealização das pessoas em relação às famílias, aos sentimentos, à vida. Essas novas concepções são fruto de uma constante construção e reformulação do equilíbrio entre autonomia privada e ordem pública. Diante disso, é indispensável ao direito a necessidade de estar sempre em movimento, em constante renovação.

⁸ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: Famílias**, vol. 6, 7ª. edição. São Paulo: Atlas, 2015, p. 9.

⁹ DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**, 10ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 12.

¹⁰ BUCHMANN, Adriana. **A paternidade socioafetiva e a possibilidade de multiparentalidade sob a ótica do ordenamento jurídico pátrio**. 2013, 79f. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2013, p. 12.

Como se sabe, a colonização do Brasil foi marcada pelo trabalho escravo e pela produção rural para a exportação. Nessa época, o modelo de família tradicional era aquele constituído pelo poder patriarcal, cujos casamentos baseavam-se em interesses econômicos, a mulher era subserviente e os filhos, considerados extensão do patrimônio do patriarca, dificilmente experimentavam o aconchego e a proteção dos pais, já que eram amamentados e cuidados pelos escravos.

Em 1822, com a independência do Brasil-colônia e formação do Império do Brasil, emerge a necessidade da elaboração de uma constituição, que nasce então em 1824. Uma constituição outorgada, de caráter não intervencionista, que fazia menção somente à Família Imperial, devido à sua importância na organização da forma de governo Monárquico. Por se enquadrar no cenário histórico do Liberalismo, não se admitia intervenção do Estado nos aspectos individuais, mas, devido à grande influência e poder da Igreja Católica na época, só se admitia o casamento religioso.¹¹

A partir do final do século XIX, com a Proclamação da República e o fim do trabalho escravo, as novas práticas de sociabilidade advindas com o início do processo de industrialização e urbanização do país culminam no surgimento de um novo modelo importado da Europa: o da família nuclear burguesa. Essa apresenta-se constituída por pai, mães e muitos filhos; onde o homem continua detentor da autoridade, enquanto a mulher assume a posição de educadora dos filhos, organizadora das tarefas domésticas e esposa zelosa.

Além disso, a influência do catolicismo já não tinha mais sua plenitude e o número de cidadãos não católicos, por conta da influência dos imigrantes de países protestantes, colaborou com algumas mudanças neste campo. Assim, a constituição de 1891, primeira do Brasil República, se esforçava para demonstrar uma separação expressa do Estado com a Igreja, e nesse contexto, em sua única menção acerca do instituto familiar, no art. 72, §4º, a nova República somente reconhece o casamento civil. Sob a égide dessa constituição foi elaborado o Código Civil de 1916, o qual, ainda que não apresentasse de forma definida o que vinha a ser o instituto da família, regulava sua instituição exclusivamente pelo casamento, impedindo sua dissolução, fazendo distinções entre os membros e trazendo qualificações discriminatórias às pessoas unidas sem matrimônio e aos filhos provenientes dessas relações.

¹¹ CASAGRANDE, Lilian Patricia. O Pluralismo Familiar: as Novas Formas de Entidades Familiares do Artigo 226 da Constituição de 1988. **Revista Síntese: Direito de Família**, São Paulo, n. 78, p. 67-82, jun.-jul. 2013, p. 68.

No tocante a esses último, trazia o revogado Código diversos artigos distinguindo filhos legítimos de ilegítimos, bem como os naturais dos adotivos, conforme menciona Dresch:

Quando o adotante tivesse filhos legítimos, legitimados ou reconhecidos, a relação de adoção não envolve a de sucessão hereditária. Por sua vez, o art. 359 dispunha que o filho ilegítimo, reconhecido por um dos cônjuges, não poderia residir no lar conjugal sem o consentimento do outro.¹²

A família aqui ainda se ilustrava hierarquizada e patriarcal, com o agrupamento de princípios morais definindo o teor jurídico. O casamento, à época, tinha, sobretudo, um viés patrimonialista, uma forma de transmissão de propriedade, sendo grande o número de casamentos arranjados. A união de fato, apesar de numerosa no país, não foi devidamente regulamentada por compreenderem os civilistas tradicionais que a união sem casamento era fenômeno estranho ao Direito de Família, gerando somente efeitos obrigacionais.¹³

Antes de tentar-se definir a visão de família do século XX, convém lembrar que ele foi marcado por diversos conflitos, como a Revolução Mexicana, a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa e a ascensão do fascismo/nazismo em meados do século, demonstrando que o liberalismo clássico não conseguia mais se sustentar, exigindo uma nova ordem política capaz de proteger os mais fracos. A exemplo disso, no Brasil, irrompe a Revolução de 1930, que culminou com um golpe de Estado e depôs o até então presidente da República, assumindo o cargo Getúlio Vargas, que convoca a Constituinte e promulga a Constituição de 1934.

A nova Constituição representava a transição do liberalismo para o intervencionismo estatal, aparecendo pela primeira vez algumas normas inerentes a alguns direitos sociais. As mulheres também adquiriram direitos políticos, entretanto sua posição na entidade familiar permaneceu. O modelo adotado pelo Código Civil de 1916 continuou vigente, e embora tenha-se previsto o reconhecimento do casamento religioso, a família ainda era aquela exclusivamente advinda dele e de seus filhos oriundos. Nesse viés, o matrimônio também se manteve indissolúvel.

¹² DRESCH, Márcia. **A instituição familiar na legislação brasileira: conceitos e evolução histórica**. 2015. Disponível em <<https://jus.com.br/artigos/51795/a-instituicao-familiar-na-legislacao-brasileira-conceitos-e-evolucao-historica>>; Acesso em: 10 mar. 2019..

¹³ SIQUEIRA, Alessandro Marques de. **O conceito de família ao longo da história e a obrigação alimentar**. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 15, n. 2664, 17 out. 2010.

Já com a Constituição outorgada de 1937, o casamento volta-se para o cunho religioso, subsistindo sua indissolução. No período pós-guerra, em 1946, é promulgada a Constituição de 1946, num resgate à democracia. Ela dedicou um capítulo para família, sem significativas mudanças, no entanto, somente voltando à possibilidade de registro civil ao casamento religioso, mas conservando-se a indissolubilidade. Porém, vale destacar que sob essa Constituição, foi editada a Lei nº 4.121/62, denominado “Estatuto da Mulher Casada”, que trouxe parcial independência à mulher casada, e que os relacionamentos informais sofriam cada vez menos rejeição social, levando a questão ao Judiciário. Este equiparou as famílias de fato às sociedades de fato, vez que não havia impedimento legal para o reconhecimento como família. Foi editada, então, a Súmula nº 380 do Supremo Tribunal Federal (STF), publicada em 1964.¹⁴

Mais uma vez, o totalitarismo invade o país e o regime militar toma o poder em março de 1964, e a Constituição de 1967 junto à Emenda Constitucional nº 1 de 1969 preservaram a entidade familiar atrelada a casamento indissolúvel. Todavia, como essa característica não mais atendia aos anseios da época, a EC nº 9, de 1977, pôs fim a ideia de família institucional sacralizada, passando a permitir a dissolução do casamento, com a edição da Lei de nº 6.515, conhecida como “Lei do Divórcio”, em seu art. 51, vem reconhecer os filhos ilegítimos durante a vigência da sociedade conjugal, desde que em testamento cerrado, além de permitir a ação de alimentos pelos mesmos e garantindo seu direito à herança.

Na década de 80 as questões diziam respeito às novas configurações familiares: famílias reconstituídas, com filhos de casamentos anteriores e do novo casamento. Nesse cenário, a sociedade dava mostras de que o reconhecimento de outras formas de entidades familiares que não aquelas vinculadas pelo matrimônio – civil ou religioso – fazia-se necessário.¹⁵

Em meados da década de 1980, com o grande número de manifestações clamando pela redemocratização, que têm seu auge nas “Diretas Já”, são sancionadas leis que favorecem a abertura política e que acabam culminando nas eleição presidencial indireta, seguida por uma nova constituinte e consequente

¹⁴ CASAGRANDE, Lilian Patricia. **O Pluralismo Familiar: as Novas Formas de Entidades Familiares do Artigo 226 da Constituição de 1988**. Revista Síntese: Direito de Família, São Paulo, n. 78, p. 67-82, jun.-jul. 2013, p. 72.

¹⁵ IBID., p. 73.

promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, denominada “constituição cidadã” em razão da evolução que promoveu nos direitos da personalidade.

A partir da Carta Magna de 1988, a família passou a ser vista como uma unidade que estava sob proteção garantida na Constituição Federal, cujos princípios proporcionaram a formação de uma instituição embasada na igualdade e no afeto. A consequência veio no reconhecimento de novas entidades familiares, como a união estável – mais recentemente equiparada ao casamento, com o julgamento de inconstitucionalidade do art. 1790, do Código Civil de 2002, pelo STF – e o reconhecimento da família monoparental; na isonomia entre os cônjuges e entre os filhos; na anuência do casamento civil e religioso; e, na facilitação do divórcio. Seguindo a tendência mundial de igualdade, dignidade, pluralismo e ausência de discriminação, o art. 226 mudou o perfil da instituição ora mencionada,

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuito a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.¹⁶

O artigo em questão, tendo como bojo os princípios supramencionados, avoca a proteção à família como base da sociedade sem delimitá-la ou defini-la, deixando ao intérprete esta tarefa. No *caput* operou-se uma radical transformação: não há qualquer referência a determinado tipo de família, como ocorreu com as constituições brasileiras anteriores e nos esclarece Paulo Luiz Netto Lôbo que:

Ao suprimir a locução “constituída pelo casamento” sem substituí-la por qualquer outra, pôs sob a tutela constitucional “a família”, ou seja, qualquer família. O fato de, em seus parágrafos, referir a tipos

¹⁶ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 15 dez. 2018

determinados, para atribuir-lhes certas consequências jurídicas, não representa exclusão.¹⁷

Nesse raciocínio, o Código Civil de 2002, não obstante regulamente em seu Livro IV o instituto protegido constitucionalmente e tão mencionado neste trabalho, também não conceitua expressamente o termo “família”. Os art. 1.829, que trata sobre a linha sucessória, atribui à família um sentido amplo, que abrange os parentes em linha reta e os em linha colateral até o quarto grau. Enquanto isso, a leitura dos arts. 1.567 e 1.568 possibilitam a identificação, em sentido estrito, da chamada família nuclear, constituída por pai(s) e filho(s).¹⁸

Essa falta de delimitação permite a extensão da instituição para as associações afetivas formadas por pessoas do mesmo sexo, estejam elas em matrimônio ou união estável, bem como aquelas formadas por mais de duas pessoas que se relacionam sexualmente entre si ou que dividam, conscientemente, um parceiro.

O entendimento se faz possível ao considerarmos que à época da elaboração da presente Constituição e atual Código Civil – o qual já nasceu com ideais antiquados, pois, embora sancionado em 2002, tramitara durante 27 anos no Congresso –, a questão da homossexualidade e poliafetividade não eram debatidos em sociedade, devido à moral vigente naquele período. Outrossim, a interpretação constitucional fundamentada no pluralismo familiar leva à conclusão de que existem outras concepções de família além das indicadas expressamente no dispositivo, visto que não há indicação de que o rol seja taxativo, não podendo-se, pois, excluir aquelas entidades que possuam vínculo afetivo e busquem objetivos de vida comuns.

2.2.3 Tipos de Família na Contemporaneidade Brasileira

A família foi uma das instituições jurídicas e civis que mais sofreu transformações no seu arcabouço interno e externo no decorrer da história, em especial no século passado. No Direito de Família, as questões ligadas à filiação têm sido uma das áreas mais sensíveis a todas as modificações socioculturais, avanços tecnológicos e surgimento de novos arranjos vivenciais, observados na sociedade

¹⁷ LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Entidades familiares constitucionalizadas: para além do “numerus clausus”**. Revista IBDFAM: Famílias e Sucessões, Porto Alegre, vol. 3, n. 12, jan./mar. 2002, p. 6.

¹⁸ NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil: Direito de Família**, vol. 5, 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 33.

pós-moderna e pluralista, que encontram força nos princípios da afetividade e dignidade da pessoa humana.¹⁹

É inegável que a multiplicidade de fatores não permite fixar um modelo familiar uniforme, sendo mister compreender a família de acordo com os movimentos que constituem as relações sociais ao longo do tempo. Dentre todas as configurações, a família nuclear ou “tradicional” – composta por um pai, uma mãe e filho(s) – é a mais observada e aceita socialmente na cultura ocidental. Contudo, nos últimos anos surgiram uma série de outras configurações familiares. As transformações recentes tiraram o viés econômico, social e religioso da família para se afirmar fundamentalmente como grupo de afetividade e companheirismo. Tal fato ocasionou a relativização da importância genética na paternidade, apelidado por alguns doutrinadores como “desbiologização da paternidade”.²⁰

Quadro 1: Diferenças entre a tipologia nuclear tradicional e os novos tipos de família na contemporaneidade:

Família Tradicional	Novas Alternativas
União legal	Solteiros, união consensual
Com filhos	Voluntariamente sem filhos
Pai e mãe	Pai ou mãe (nunca casados ou separados)
Permanente	Divórcio, reconstituição
Homem como provedor primário e autoridade única	Casamento igualitário (incluindo carreira de ambos os cônjuges e casais que residem em lugares diferentes)
Exclusividade sexual	Relações extramaritais (incluindo casamentos sexualmente abertos, prática de troca de casais e amizades íntimas)
Heterossexualidade	Relações íntimas entre pessoas do mesmo sexo
Domicílio com dois adultos	Domicílio com mais de dois adultos (incluindo múltiplos cônjuges, habitação comunal, famílias extensas, multigeracionais)

Fonte: Adaptado de Carnut e Faquim²¹

¹⁹ CHAVES, Marianna. **Famílias mosaico, socioafetividade e multiparentalidade: breve ensaio sobre as relações parentais na pós-modernidade**. Anais do IX Congresso Brasileiro de Direito de Família... Araxá: IBDFAM, 2013, p. 143.

²⁰ VILLELA, João Baptista. **Desbiologização da Paternidade**. Revista Da Faculdade de Direito - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, vol. 21, 1979, p. 412.

²¹ CARNUT, Leonardo; FAQUIM, Juliana. **Conceitos de família e a tipologia familiar**. Journal of Management & Primary Health Care, vol. 5, n. 1, p.62-70, 2014, p. 6.

A Constituição “Cidadã” alargou o conceito de entidade familiar, emprestando especial proteção não só à família constituída pelo casamento, mas também à união estável e à família monoparental. Nessa perspectiva, a doutrina e a jurisprudência vêm se encarregando de enlaçar no conceito de família outras estruturas de convívio, como as uniões homo e poliafetivas, e tentam abarcar e garantir direitos a elas. Os argumentos, como já mencionados, se apoiam nos sentimentos de afeto, companheirismo e solidariedade que unem os indivíduos, fazendo com que a origem genética deixasse de ser determinante para a definição do vínculo de filiação.

Dentre esses novos modelos de família surgidos nos últimos tempos, está aquele liderado por pessoas do mesmo sexo, sejam homens ou mulheres, denominado de união homoafetiva, institucionalizada pelo casamento ou pela união estável. Convém lembrar que são sujeitos novos em cena pelo fato da comunidade LGBTQ+ só ter visto seus direitos serem debatidos amplamente nos últimos anos, após o Conselho Federal de Psicologia, em 1999, por meio de resolução, determinar que o termo “homossexualismo” estaria incorreto, vez que o sufixo “-ismo” denota à doença, passando à designação correta “homossexualidade”, a qual não constitui doença, distúrbio nem perversão.

Na esfera jurídica, o tema só entrou mesmo em pauta nos últimos 10 anos, conforme consulta à cartilha de direitos à comunidade LGBTQ+, elaborada pelo Ministério Público Federal. A legislação atual estabelece a possibilidade de união estável homoafetiva, reconhecida pelo STF na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 132, posteriormente convertida em ADI, e na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4277, e sua conversão em casamento, reconhecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mediante resolução nº 175 de 2013.²²

Essas famílias constituídas por pessoas do mesmo sexo podem constituir filhos por meio de I) reconstituição: quando um dos parceiros traz o filho já existente; II) adoção: legalizada ou não; III) co-parentalidade: quando um dos membros gera a criança com auxílio de alguém que forneça parceria biológica possível. Destaca-se que os três métodos permitem o nascimento da paternidade (novamente utilizada em sentido amplo) socioafetiva. Frisa-se que a lei não estabelece nenhuma discriminação

²² MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. **O Ministério Público e a Igualdade de Direitos para LGBTI : Conceitos e Legislação**, 2ª edição, Brasília: MPF, 2017.

a respeito da orientação sexual ou da identidade de gênero do(s) adotante(s), o que nos faz concluir que tanto solteiros como casais homossexuais podem adotar, com fundamento no art. 42, § 2º, do ECA.

Já em relação à poliafetividade, ou poliamor, o debate sobre o tema é ainda mais recente. Isso ocorre porque a moral vigente e o padrão monogâmico sempre mantiveram essas relações à margem da sociedade. Existe até mesmo dificuldade de conceituar a relação, que pode ser entendida como:

Uma relação afetiva entre duas ou mais pessoas, que podem ser homossexuais ou heterossexuais, onde podem se relacionar todos entre si sexualmente ou apenas dividir um parceiro, porque a relação, como o próprio nome diz, não se restringe apenas ao âmbito sexual, há um real envolvimento afetivo dos envolvidos. Não é algo eventual ou esporádico [...]. Nos relacionamentos poliafetivos todos os parceiros são fixos e espera-se exclusividade e fidelidade.²³

Importa mencionar que o poliamor não deve ser confundido com as uniões paralelas, pois aqui o vínculo de convivência de mais de duas pessoas acontece sob o mesmo teto. Vale dizer que o advento desse novo rearranjo familiar não objetiva extinguir a monogamia. Ocorre que o afeto pode existir entre duas ou mais pessoas, e é ele a razão para a conjugação de vidas. Por se tratar de algo extremamente subjetivo, é impraticável que o Estado determine um limite quantitativo para a relação conjugal, até mesmo porque o art. 226 da nossa Constituição, como já explicitado anteriormente, não conceituou “família”, permitindo uma interpretação extensiva para os modelos que carregam em comum a afetividade.

Vale lembrar que as famílias-mosaico, aquelas formadas por uma ou mais pessoas separadas/divorciadas, hodiernamente mais aceitas pela moral social, também permitem a constituição de parentalidade socioafetiva já que um ou os dois componentes podem trazer consigo filhos provenientes das relações anteriores.

2.3 Poder Familiar

Uma vez apresentada a mudança de concepção nas entidades familiares ao longo dos séculos, é relevante mencionar que a instituição apresenta como um de seus elementos o poder familiar, intrínseco à existência da “família”. A expressão foi dessa maneira denominada pelo Código Civil de 2002 devido ao alicerce principiológico de isonomia entre os cônjuges presente no referido diploma legal e na

²³ ERLICHMAN, Márcia. **Configurações familiares com a união poliafetiva**. 2016. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/configuracoes-familiares-com-a-uniao-poliafetiva/>>. Acesso em 05 abr. 2019.

Constituição de 88. Tinha antes a alcunha de “pátrio poder”, termo que guarda resquícios de uma sociedade machista e patriarcal e que remonta ao direito romano: *pater potes* ou *pátria potestas*: expressando um direito absoluto, ilimitado e incontestável conferido ao chefe da organização familiar – o pai – sobre a pessoa dos filhos.

O Código Civil de 1916 assegurava o pátrio poder exclusivamente ao marido, chefe da sociedade conjugal. Em caso de ausência ou impedimento deste, a chefia da sociedade conjugal e em relação aos filhos era assumida pela mulher. Porém, considerando o alto nível de discriminação que existia, o poder era perdido e passado novamente ao homem se a viúva se casasse novamente. Com leve avanço, o Estatuto da Mulher Casada, já mencionado anteriormente, assegurou a colaboração da mulher no exercício do pátrio poder encabeçado pelo marido, possibilitando à mãe o acionamento da justiça caso houvesse divergência de vontades entre ela e o pai de seus filhos.

A alteração do instituto não é apenas nominal, mas fundamentalmente principiológica, pois representa o abandono de um sistema em que a figura do marido e pai detinha praticamente toda a autoridade do lar, para confiar aos cônjuges ou companheiros, de maneira equitativa, o poder de criar, educar e orientar a prole. Nesse sentido, embora a lei não tenha definido o que seja propriamente, como se observa no art. 1.630 do Código Civil, conceitua Paulo Nader que:

Poder familiar é o instituto de ordem pública que atribui aos pais a função de criar, prover a educação de filhos menores não emancipados e administrar seus eventuais bens [...] é um direito que a Lei não concede, senão que reconhece, uma consequência natural da paternidade, de maneira que os pais têm um chamamento também natural para o seu desempenho.²⁴

Compreende-se que o poder familiar seria, pois, um conjunto de faculdades encomendadas aos pais como entidade protetora da menoridade, com o fim de amparar e assistir o pleno desenvolvimento e formação dos filhos, nos aspectos físicos, psicológicos, mentais e morais. Hoje, muito mais do que em qualquer outro período, os casais, unidos com propósito de construir uma família fraterna e solidária, devem orientar e prover as necessidades de seus filhos menores de idade de modo consensual.

²⁴ IBID., p. 337.

Ainda que a modificação do nome tenha representado progresso, a doutrina critica o uso do vocábulo “poder”, por entender que mantém ênfase no poder, somente deslocando-o do pai para a família. Atualmente, embora já tenha surgido uma corrente que considera mais apropriado o termo “responsabilidade parental”, prevalece a simpatia sobre a expressão “autoridade parental”. Isso porque ele melhor reflete a profunda mudança que resultou da consagração constitucional do princípio da proteção integral de crianças, adolescentes e jovens, de quem deve ser haurida a legitimidade que fundamenta a autoridade dos pais.

Acompanhando o pensamento, o art. 227 da Constituição Federal, assim como o art. 4º do ECA, a despeito de estender à sociedade e ao Estado as responsabilidades, estabelece como dever da família assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade – devido à vulnerabilidade dos sujeitos –, o direito à vida, à alimentação, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar, dentre outros, além de lhes salvaguardar de qualquer forma de negligência, discriminação, violência e crueldade. Depreende-se, portanto, que a autoridade parental está impregnada de obrigações não apenas materiais, mas, principalmente, existenciais, notadamente de índole afetiva.

Caracterizando o poder familiar, destaca-se sua irrenunciabilidade, inalienabilidade, imprescritibilidade e intransferibilidade; não devendo-se, entretanto, confundi-las com suspensão ou perda, as quais, embasadas nos arts. 1.637 e 1.638 do Código Civil e art. 92, inciso II do Código Penal, são possíveis por meio de decisão judicial. Ele decorre tanto da paternidade natural como da filiação legal e da socioafetiva, e as obrigações dele advindas são personalíssimas. Como os pais não podem renunciar aos filhos, os encargos que derivam da paternidade também não podem ser transferidos ou alienados, sendo possível somente delegar a terceiros o seu exercício. Lembra-se também que nenhum dos pais perde o exercício do poder familiar com a separação judicial ou divórcio, uma vez que poder familiar decorre da relação de parentesco e filiação.

2.4 Parentesco e Filiação

2.4.1 Parentesco

Primeiramente, há que se dizer que parentesco não é o mesmo que família. A compreensão do tema é essencial porque ele é base para inúmeras relações de Direito de Família, com repercussões em outros ramos da ciência jurídica. As relações

de parentesco são os vínculos decorrentes da consanguinidade e da afinidade que ligam as pessoas a determinado grupo familiar.²⁵ O parentesco também é um vínculo jurídico estabelecido por lei, que assegura direitos e impõe deveres recíprocos, os quais podem variar a depender da maior ou menor proximidade dos parentes. De maneira geral, a exemplo do que acontece na obrigação alimentar, os parentes mais próximos detêm, em reciprocidade, mais direitos e mais deveres.

Novamente, numa análise histórica, o laço de sangue não bastava para estabelecer o parentesco no Direito Romano, pois o conceito de família tinha um sentido político, econômico e religioso. A família romana, em sentido geral, incluía todas as pessoas que estavam sob o pátrio poder da mesma pessoa. O Direito Canônico é quem estabelece o parentesco moderno de consanguinidade, que influencia o sistema jurídico com a concepção da família matrimonializada, hierarquizada e patriarcal.²⁶

A visão de que a consanguinidade tenha caráter superior ao da afetividade, em sentido estrito, não se justifica nos dias atuais, pois a comunhão do afeto e a busca pela felicidade têm sido o alicerce para a ampliação das relações familiares. Além disso, no campo científico, o desenvolvimento de técnicas de reprodução assistida ensejou o que passou a ser chamado de desbiologização da parentalidade – expressão que identifica pais e filhos não biológicos, não consanguíneos, mas que construíram uma filiação psicológica e afetiva –, impondo o reconhecimento de outros vínculos de parentesco. Assim, parentesco civil não é somente o que resulta da adoção, também o é o que decorre de qualquer outra origem que não a biológica.

Ademais, a lei não se preocupou em distingui-las ou hierarquizá-las, tratando as relações de parentesco no mesmo capítulo do Código Civil. Nele ou em qualquer outra lei, o legislador brasileiro não definiu o que seja parentesco, mas, ao analisar o referido diploma legal, o art. 1.593 nos diz que o mesmo pode ser natural ou civil, conforme resultante de consanguinidade ou outra origem. Para Tartuce, sua interpretação, aliada à leitura do dispositivo 1.595, permite dizer que existem três modalidades de parentesco admitidas no Direito Civil brasileiro, são elas:

Parentesco consanguíneo ou natural: aquele existente entre pessoas que mantêm entre si um vínculo biológico, por terem origem no mesmo tronco comum. Parentesco por afinidade: existente entre cônjuge ou seu

²⁵ DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**, 10ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, P. 377.

²⁶ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: direito de família**, vol. 6, 13ª edição. São Paulo: Atlas, 2013, p.220.

companheiro e os parentes do outro [...]. Parentesco civil: decorrente de outra origem que não a consanguinidade ou afinidade. Tradicionalmente tem origem na adoção. Todavia a doutrina e a jurisprudência admitem duas outras formas: a decorrente de técnica de reprodução heteróloga, aquela efetivada com material biológico de terceiro, e a parentalidade socioafetiva.²⁷

Outrossim, embora possa o legislador não ter cogitado o critério socioafetivo, tendo em vista a época de redação da norma, a doutrina e a jurisprudência têm se empenhado para encaixá-lo na genérica expressão “ou outra origem” presente no art. 1.593. Seguindo a categorização dada pelo autor supracitado, subentende-se também a inexistência de parentesco de qualquer espécie entre os próprios cônjuges ou companheiros. O vínculo que os une, de caráter não menos importante, forma-se pela comunhão de vida firmada pela solidariedade, mútua assistência, respeito e coabitação.

2.4.2 Filiação

O instituto da filiação encontra sua relevância nos efeitos jurídicos e morais gerados, tanto que a justiça apresenta algumas ações exclusivas pertinentes ao tema, como as ações de investigação e exclusão de paternidade ou maternidade; auxiliadas pelo avanço da ciência na busca da verdade real, permitindo a definição da origem genética, importante em face dos diversos direitos e deveres decorrentes no item abordado anteriormente, qual seja, o parentesco.

O Código Civil anterior centrava-se na família legítima, aquela derivada do casamento apenas, deixando evidente seu viés patriarcal e marginalizando as famílias não provindas do casamento. Ele simplesmente ignorou todos e quaisquer direitos dos filhos que proviessem de relações não matrimoniais, desprezando uma situação social existente desde sempre. Com as mudanças universais já citadas do século XX, a legislação pátria foi absorvendo a tendência e sofrendo alterações com a inclusão de garantias familiares e sucessórias aos filhos provindos de relações extramatrimoniais.

Para Gustavo Tepedino, as modificações na legislação fizeram muito mais do que proclamar a isonomia no reconhecimento de direitos patrimoniais e sucessórios, elas traduziram um novo cenário axiológico, com eficácia imediata para todo o

²⁷ TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil**, volume único, 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017, p. 1.410.

ordenamento, cuja compreensão faz-se indispensável para a correta *exegese* da normativa aplicável às relações familiares.²⁸

A matéria em questão está prevista em capítulo próprio do atual Código Civil, disposta nos artigos 1.596 e subsequentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº 8.069/92, complementa ao reconhecer o estado de filiação como direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, em seu art. 27. A lei estabelece como irrevogável o reconhecimento dos filhos e veda qualquer tipo de condição ou termo para tal, consoante ao art. 1.613 do Código Civil; também define como imprescritível as ações de reconhecimento de paternidade (termo aqui empregado em sentido amplo), em razão de sua natureza declaratória. Além disso, a legislação impede que qualquer pessoa requeira estado contrário ao que resulta no registro de nascimento, salvo se provado erro ou falsidade. Alerta-se aqui que tal alegação só é possível caso não tenha havido convivência com a criança, pois isso configuraria paternidade socioafetiva, assunto que será abordado adiante. Tem-se, ainda, no ordenamento, a lei nº 8.560/92, a qual regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento.

Com o fenômeno da desbiologização da paternidade, a pesquisa genética passou a ter importância relativa, uma vez que só prova a paternidade biológica. Nessa esfera, Paulo Nader nos explica que a doutrina distingue três critérios de aferição de paternidade: a biológica, a jurídica e a socioafetiva:

Pelo primeiro critério, pai e mãe são os que fecundaram, com seus gametas, o embrião; por ele, a paternidade decorre de consanguinidade. Pelo segundo, define-se por presunções legais [...], correspondendo ou não à realidade. O critério socioafetivo dimana de uma situação fática, que nasce da educação, amparo, proteção, afetividade, aplicados na criação de uma pessoa e por quem não é pai ou mãe biológica.²⁹

Assim, tentando mais uma vez conceituar o vocábulo, pode-se dizer que ele compreende todas as relações que têm como sujeitos os pais com relação aos filhos, isto é, a relação de parentesco que constitui de um lado o filho como titular do estado de filiação, e os pais como os titulares dos estados de paternidade e maternidade em relação a ele.³⁰ Sob essa perspectiva, o direito de filiação abrange também o poder

²⁸ TEPEDINO, Gustavo. **Temas de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999, p. 392.

²⁹ NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil: Direito de Família**, vol. 5, 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 279.

³⁰ GOULART, Fabiane Aline Teles. O reconhecimento da filiação socioafetiva com seus efeitos sucessórios. **Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões**, vol. 14, n. 32, p. 17-41, fev./mar., 2013, p.19-20.

familiar, bem como os direitos protetivos e assistenciais em geral.³¹ Por isso é a filiação denominação jurídica dessa relação.

É ilustre salientar que a Constituição transformou crianças e adolescentes em sujeitos de direito, deu prioridade à dignidade da pessoa humana, abandonando a feição patrimonialista da família e coibiu qualquer qualificação relativa à filiação, fazendo cair as terminologias discriminatórias adquiridas do Direito Canônico. O § 6º de seu art. 227, da mesma forma que o art. 20 do ECA, põe fim a qualquer distinção entre os filhos, trazendo expressamente a isonomia entre aqueles havidos ou não dentro do casamento ou adotados, dando-lhes os mesmos direitos, deveres e qualificações. A Carta Magna traz, também, em seus artigos 229 e 230 a imposição de assistência, criação e educação dos filhos menores aos pais e o amparo às pessoas idosas como dever da família, sociedade e Estado.

Todas essas mudanças sociais que refletiram nos diplomas legais aludem às transformações na identificação dos vínculos de parentalidade, originando novos conceitos e uma nova linguagem que melhor retrata a realidade atual: não somente o uso dos termos “filiação socioafetiva” ou “parentalidade socioafetiva”, mas, mais que isso, o verdadeiro sentimento de filiação e paternidade entre os sujeitos dessa relação. A paternidade do século XXI deriva do estado de filiação, independentemente de sua origem, se biológica ou afetiva, alicerçando-se a ideia da paternidade muito mais no amor do que em determinismos biológicos.

³¹ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: direito de família**, vol. 6, 13ª edição. São Paulo: Atlas, 2013, p.227.

3. PRINCÍPIOS AFETOS À FAMÍLIA

O Direito de Família tem renovado amplamente seus paradigmas desde a pós-modernidade. As famílias são formadas não mais com viés patrimonial, mas com base no afeto e nos objetivos comuns de vida; a esposa ou companheira já não é a mulher subordinada de outrora, relativamente incapaz e sem o poder de administração dos interesses da família, sendo detentora, hoje, de direitos iguais em relação ao homem; e, os filhos não constituem mais objeto de domínio dos pais, mas alvo de sua proteção.

Outrossim, deixando a família de ser compreendida como núcleo econômico e reprodutivo (entidade de produção), avança-se para uma compreensão socioafetiva (como expressão de uma unidade de afeto e entreajuda), e surgem, naturalmente, novas representações sociais, novos arranjos familiares. Abandona-se o casamento como ponto referencial necessário, para buscar a proteção e o desenvolvimento da personalidade do homem. É a busca da dignidade humana, sobrepujando valores meramente patrimoniais.³²

A visão histórica é importante para compreender-se a influência que a sociedade projeta, ainda que involuntariamente, nas suas leis; porém, é pertinente a qualquer estudo trazer elementos principiológicos referentes ao tema abordado. Com base, nisso, optou-se por elencar alguns dos princípios constitucionais que aludem aos anseios sociais na atualidade.

Faz-se necessário destacar que os princípios são o arcabouço do ordenamento de uma nação, são eles que dão coesão ao sistema jurídico. Não se prestam a tipificar comportamentos, mas servem para orientar o intérprete. Maria Berenice Dias nos explica que os princípios constitucionais representam o fio condutor da hermenêutica jurídica, direcionando o trabalho do intérprete, e que podem apresentar-se como:

Princípios gerais que se aplicam a todos os ramos do direito, assim o princípio da dignidade, da igualdade, da liberdade, bem como os princípios da proibição de retrocesso social e da proteção integral a crianças e adolescentes [...] e princípios especiais que são próprios das relações familiares e devem servir de norte na hora de apreciar qualquer relação que envolva questões de família, despontando entre eles os princípios da solidariedade e da afetividade. Alguns princípios não estão escritos nos textos legais, mas têm fundamentação ética [...], inexistindo hierarquia entre os princípios constitucionais explícitos ou implícitos.³³

Dentre todos os citados, talvez os mais importantes, que sustentam todos os outros gerais e específicos, sejam o princípio da afetividade e o da dignidade da pessoa humana. Ambos andam atrelados, isto é, não se pode observar dignidade em

³² FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: Famílias**, vol. 6, 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2015, p. 7.

³³ DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**, 10ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 43.

um povo que vê tolhido seu direito de agrupar-se conforme seus sentimentos e desejos. Porém, como são muitos os princípios que dão amparo ao tema aqui abordado, tratar-se-á de cada um.

3.1 Dignidade da Pessoa Humana (art. 1º, III, CF/88)

Considerado um macroprincípio, isto é, o princípio máximo do qual se irradiam todos os demais e o melhor legado da modernidade. Provocou a despatrimonialização e a personalização dos institutos jurídicos, de modo a colocar a pessoa humana no centro protetor do direito. Logo, da mesma forma que representa um limite à atuação do Estado, representa também um norte para a sua ação positiva. Para Maurício Cavallazzi Póvoas:

[...] pode-se considerar que a dignidade da pessoa humana é a qualidade intrínseca de cada ser humano, que o faz merecedor de respeito e consideração pelo Estado, bem como da sociedade, e o faz merecedor tanto de direitos como de deveres.³⁴

A dignidade da pessoa humana encontra na família o solo apropriado para florescer. A doutrina encontra dificuldade de traduzir em palavras sua essência, mas é certo que ele incide sobre uma infinidade de situações. A título de exemplo da aplicação do princípio cita-se o direito à busca da felicidade, citado em impactante decisão do STF (Recurso Extraordinário 898.060/SC) que reconheceu a igualdade entre a paternidade biológica e a socioafetiva – sujeito de destaque da presente monografia. Tem-se como exemplo também os casos de indenização por abandono afetivo. Dessarte, o macroprincípio dá especial proteção às entidades familiares independentemente de sua configuração.

3.2 Solidariedade (art. 3º, I, CF/88)

Princípio que dispõe de acentuado conteúdo ético ao gerar deveres recíprocos. Tal qual os princípios da igualdade e da pluralidade, encontra assento no preâmbulo constitucional, como ideal de uma sociedade. Faz alusão à solidariedade do Direito das Obrigações e no âmbito familiar deve ser compreendida em sentido amplo, considerando as esferas patrimonial, social, moral e afetiva.³⁵

³⁴ PÓVOAS, Maurício Cavallazzi. **Multiparentalidade: A possibilidade de múltipla filiação registral e seus efeitos**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2012. p.18.

³⁵ TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil**, volume único, 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017, p. 1.225.

3.3 Isonomia entre Filhos (art. 227, §6º, CF/88 e art. 1596, CC/2002)

Primeiramente, cita-se o princípio “geral” de igualdade, presente no art. 5º, *caput* e art. 226, §5º, CF, um dos sustentáculos do Estado Democrático de Direito. A supremacia do princípio da igualdade alcançou também os vínculos de filiação. Como já abordado, a família contemporânea tem priorizado as relações de afeto, solidariedade e cooperação mútua e a Constituição de 1988 tem dado apoio à eliminação de desigualdades entre cônjuges e companheiros e entre filhos.

No que concerne à isonomia entre os filhos, a Constituição atual veda qualquer tipo de prática discriminatória entre os filhos por conta de sua origem. Hoje, não mais existe a classificação que os dividia em legítimos e ilegítimos, conforme resultassem ou não do matrimônio, bem como lhes conferiu os mesmos direitos e qualificações. Essa igualdade abarca os filhos biológicos, adotivos, socioafetivos e aqueles havidos por inseminação artificial heteróloga.³⁶

3.4 Dever de Convivência Familiar (art. 227, *caput*, CF/88)

O princípio em tela está previsto também nos arts. 4º e 16, inciso V, do ECA. A convivência familiar entra como um importante vetor para fornecer à criança a base de que necessita para se desenvolver de forma plena: física, moral, psicológica e socialmente, sendo, assim, não somente um princípio, mas uma necessidade para a criança e o jovem, pois é a família quem contribui para a formação da personalidade de cada um.

3.5 Liberdade (no planejamento familiar) (art. 1513, CC/88)

Trata-se de um princípio fortemente ligado ao da autonomia privada (art. 1º, inciso III da CF) e fundado no princípio da paternidade responsável. É também chamado como princípio da não intervenção e encontra fundamento, além do artigo supramencionado do Código Civil, no art. 1.565, § 2º do mesmo diploma e no § 7º do art. 226 da Constituição Federal. Esses dispositivos estabelecem que o planejamento familiar – aqui traduzido como arranjo familiar – é de livre decisão do casal, proibido a qualquer pessoa de direito público ou privado interferir na comunhão de vida familiar.

³⁶ IBID., p. 1.225-1.226.

3.6 Paternidade Responsável (art. 226, §7º, CF/88)

É assegurado pelo § 7º do art. 227 da Constituição de 1988 e inciso IV do art. 1.566 do Código Civil de 2002. Poderia ser traduzido como a obrigação que os pais têm de prover a assistência moral, afetiva, intelectual e material aos filhos. Possui forte ligação com o princípio de liberdade no planejamento familiar, como dito acima, e com o princípio de proteção integral à criança e ao adolescente, cujo intuito é dar efetividade a ele.

3.7 Proteção Integral à Criança e ao Adolescente e Melhor Interesse da Criança e do Adolescente (art. 227, *caput*, CF/88 e arts. 1.583 e 1.584, CC/2002)

Representam a consagração dos direitos fundamentais de crianças, adolescentes e jovens, os quais devem tê-los vistos como prioridade, e, aqui, não somente pela família, como pela sociedade e pelo Estado. Consoante a isso, o Estatuto da Criança e do Adolescente traz diversas normas que reconhecem os menores como detentores de direitos, visando assegurar sua dignidade e desenvolvimento integral.

O axioma do art. 227 da Constituição determina como dever da família, do Estado e da sociedade garantir à criança, adolescente e jovem, com absoluta prioridade:

O direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.³⁷

Tal proteção ganha ênfase e regulamentação nos arts. 3º e 4º do ECA, cujos enunciados reforçam os deveres acima citados à família, comunidade, sociedade em geral e poder público, e determinam que crianças e adolescentes – como sujeitos mais vulneráveis – gozam de direitos fundamentais à pessoa humana sem prejuízo da proteção integral a que têm direito. Os princípios neste tópico abordados foram igualmente reconhecidos pelo atual Código Civil ao regular a guarda durante o poder familiar, em seus arts. 1.583 e 1.584, após alteração pela lei nº 11.698, de 13 de junho de 2008, determinando como regra a guarda compartilhada, ao colocar o interesse da

³⁷ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 27 fev. 2018.

criança e do adolescente como cerne da decisão, acreditando ser a melhor alternativa para eles.

3.8 Pluralismo das Entidades Familiares (art. 226, §§ 3º e 4º, CF/88)

O pluralismo das entidades familiares é uma das mais importantes inovações da Constituição de 1988. A interpretação dominante do art. 226 é no sentido de tutelar apenas os três tipos de entidades familiares explicitamente previstos: o casamento, a união estável e a monoparental. Porém, diferentemente do que houve com as constituições brasileiras anteriores, a atual, ao não positivar a locução “constituída pelo casamento” nem qualquer outra de conteúdo semelhante, pôs sob sua proteção qualquer forma de família.³⁸ Nesse sentido, Paulo Luiz Netto Lôbo resume os verdadeiros elementos essenciais na construção da verdadeira entidade familiar:

Em todos os tipos há características comuns, sem as quais não configuram entidades familiares, a saber: a) afetividade, como fundamento e finalidade da entidade, com desconsideração do móvel econômico; b) estabilidade, excluindo-se os relacionamentos casuais, episódicos ou descomprometidos, sem comunhão de vida; c) ostensibilidade, o que pressupõe uma unidade familiar que se apresente assim publicamente.³⁹

Destaque se dá ao § 4º artigo supracitado, verificando-se como cláusula geral de inclusão ao utilizar o termo “também”, pois este significa dizer “igualmente”, “da mesma maneira”. Os tipos de entidades familiares explicitados nos parágrafos do artigo são meramente exemplificativos. As demais entidades familiares são tipos implícitos incluídos no domínio de abrangência do conceito genérico disposto no *caput*. A interpretação de uma norma ampla não pode suprimir de seus efeitos situações e tipos existentes, restringindo direitos subjetivos.

3.9 Afetividade

O princípio da afetividade, apesar de não estar inserido de forma expressa, tem fundamento constitucional e é considerado um dos mais importantes princípios inerentes à família. Nos dias atuais, e depois todo o exposto, não há como se pensar em família sem relacioná-la ao amor, ao respeito, à consideração e à solidariedade

³⁸ LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Entidades familiares constitucionalizadas: para além do “numerus clausus”**. Revista IBDFAM: Famílias e Sucessões, Porto Alegre, vol. 3, n. 12, jan./mar. 2002.p. 7.

³⁹ IBID., p.6.

entre os seus membros. A afirmação da natureza da família como instituição fundada essencialmente nos laços de afeto foi projetada no campo jurídico-constitucional após o desaparecimento da família patriarcal. A família patrimonialista de antes deu lugar a uma outra que se apoia na afetividade, de modo que os vínculos sanguíneos não se sobrepõem mais aos vínculos afetivos.

Tal princípio decorre da valorização da dignidade humana e da solidariedade, já abordados, e tem correlação com o direito fundamental à felicidade. É o princípio norteador que fundamenta o Direito de Família na estabilidade das relações, com primazia em face do de caráter patrimonial ou biológico. Nessa perspectiva, afirma Paulo Lôbo:

A afetividade é construção cultural, que se dá na convivência, sem interesses materiais, que apenas secundariamente emergem quando ela se extingue. Revela-se em ambiente de solidariedade e responsabilidade. [...] onde houver uma relação ou comunidade unidas por laços de afetividade, sendo estes causa originária e final, haverá família.⁴⁰

O Código Civil de 2002, embora também não faça uso do vocábulo “afeto”, invoca claramente o princípio ao determinar que o juiz pode, em casos específicos, deferir a guarda em favor de terceira pessoa com quem tenha a criança afinidade e afetividade, de acordo com o § 5º do art. 1.584. Isso também ocorre ao admitir outra origem de filiação que não a natural e civil, conforme art. 1.583; na consagração de igualdade aos filhos, art. 1.596; e, ao estabelecer, salvo comprovação de não convivência, irrevogabilidade na perfilhação, art. 1.604.

Dentre mais produções legislativas influenciadas pelo princípio ora tratado, pode-se citar: a Lei da Adoção (lei nº 12.010/09), a Lei da Alienação Parental (lei nº 12.318/10) e o projeto de Estatuto das Famílias (PLS 470/13), que supera a atual redação do art. 1.593 do Código Civil de 2002 ao associar expressamente o parentesco como resultante da consanguinidade, da socioafetividade ou da afinidade.

Por efeito das novas composições familiares, crianças ou adolescentes constituem laços de afetividade com pessoas que, mesmo sem vínculo biológico, a criam. E, assim, o princípio da afetividade ganha ainda mais força quando se fala de multiparentalidade, tema base deste trabalho a ser explorado adiante, visto que, nessa situação, ao menos um dos laços de parentalidade se estabelecerá unicamente pela existência da relação de afeto.

⁴⁰ IBID., p.9.

Este não é produto genético, ele nasce da convivência familiar. Significa dizer que nem toda relação biológica implica em relação afetiva, mas toda relação de afeto produz um sentimento de pertencimento à família. Busca, pois, o Direito de Família dar a necessária objetividade na subjetividade inerente às relações humanas. Dessa maneira, atribuiu-se valor jurídico ao afeto, haja vista sua importância na instituição familiar, pela reciprocidade e comunhão de interesses e de vida dos integrantes, gerando consequências em outros ramos do direito.

4. MULTIPARENTALIDADE E EFEITOS JURÍDICOS

4.1 Conceito e Origem

Antes de tentar delimitar o termo, destaca-se, mais uma vez, as mudanças sociais que estão acontecendo nas últimas décadas e como isso interferiu diretamente na composição das instituições familiares, levando a quebra de paradigmas dentro do Direito de Família. Essas alterações apresentam também reflexos no Direito Previdenciário, Tributário, Eleitoral e, principalmente, no Direito de Sucessões e daí decorre a importância do estudo.

Como já comentado, essa família contemporânea eudemonista é caracterizada pelo afeto e pela busca incessante da felicidade pessoal e solidária de todos e cada um dos indivíduos. Do mesmo modo, a filiação tem seu alicerce no afeto, abrindo portas para que ela não seja considerada somente a filiação genética, mas a do amor e convivência, que se traduz na filiação socioafetiva.⁴¹

O afeto é um fato social e psicológico, conquanto, o que interessa ao direito são as relações que engendram condutas suscetíveis de merecerem a incidência de normas jurídicas. Afetividade, como dever jurídico, não se confunde com afeto, pois quando esse faltar, aquela pode ser presumida. O dever jurídico da afetividade entre pais e filhos só se extingue com a perda do poder familiar ou na morte de algum dos envolvidos.⁴²

No ordenamento pátrio, cada cônjuge ou companheiro é unido aos parentes do outro pelo liame da afinidade. Esta relação também se estabelece entre um membro do novo casal e a prole do outro. Ou seja, nas famílias mosaico – sejam elas constituídas por dois membros de sexos distintos, dois membros do mesmo sexo, ou ainda mais de dois membros do mesmo sexo ou não – esse(s) novo(s) integrante(s) e a prole do(s) outro(s) estão unidos pela afinidade, de acordo com a lei e, via de regra, pela socioafetividade, construída pela convivência.

Novamente, o Código Civil atual permitiu o parentesco por “outra origem” que não somente aquelas elencadas no art. 1.593, podendo-se dar uma interpretação ampla e incluir a socioafetividade como uma das possibilidades. A filiação

⁴¹ BARRETO, Luciano Silva. **Evolução histórica e legislativa da família**. In: Curso de 10 Anos do Código Civil: Aplicação, Acertos, Desacertos e Novos Rumos, volume I., 2013, Rio de Janeiro. Anais.... Rio de Janeiro: Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), 2013, p. 208.

⁴² LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Socioafetividade: o estado da arte no direito de família brasileiro**. Revista IBDFAM: Famílias e Sucessões, Belo Horizonte, n. 5, p. 11-23, set./out. 2014, p. 15.

socioafetiva, baseada na posse de estado de filho⁴³, tem como fundamento a convivência de fato e duradoura, a qual constrói laços afetivos de amor, respeito e carinho recíprocos entre os que convivem como se pais e filhos fossem. A possibilidade jurídica da multiparentalidade nasce, então, da perfilhação socioafetiva.

A complexidade da vida familiar não pode ser captada em um exame laboratorial. Pai, com todas as dimensões que o envolve: culturais, afetivas e jurídicas, não pode ser confundido com genitor biológico. A socioafetividade como estabelecimento da filiação baseia-se no comportamento das pessoas que se interagem para revelar quem efetivamente age como pai ou mãe. Ela apresenta como pressupostos: a) integração da pessoa no grupo familiar; b) assunção de papel parental; e c) a convivência duradoura.⁴⁴ Luiz Edson Fachin, com muita sensibilidade e de maneira poética, expõe sobre o tema:

A verdade socioafetiva pode até nascer de indícios, mas toma expressão na prova; nem sempre se apresenta desde o nascimento. Revela o pai que ao filho empresta o nome, e que mais do que isso o trata publicamente nessa qualidade, sendo reconhecido como tal no ambiente social; o pai que ao dar de comer expõe o foro íntimo da paternidade [...]. É o pai de emoções e sentimentos, e é o filho do olhar embevecido que reflete aqueles sentimentos. Outro pai, nova família.⁴⁵

A paternidade não biológica não pode ser considerada uma paternidade de segunda, isto é, de menor grau ou importância; ao contrário, supera a de origem biológica pelo seu elevado teor de autodeterminação. O papel de mãe ou pai não se restringe à tarefa de gerar, vai além: amar, cuidar e se doar. Pai e mãe, em ampla dimensão, se é por decisão pessoal e livre, pois, ainda que a lei, de forma correta, responsabilize alguém a responder patrimonialmente por outro a que deu origem, não tem o condão de fazer surgir afeto em quem assim não o deseja, mesmo que essa pessoa seja seu descendente consanguíneo.

É não somente nesse cenário de “rejeição” afetiva, como também nos cenários onde a criança apresenta pais comprometidos afetivamente, que surge o fenômeno da multiparentalidade, caracterizada pelo fato de mais de uma pessoa poder figurar como pai ou mãe de alguém e atribuir-lhe uma relação de proteção integral,

⁴³ A posse do estado de filho (parentalidade socioafetiva) constituiu modalidade de parentesco civil – Enunciado nº 256 do CJF/STJ, da III Jornada de Direito Civil.

⁴⁴ LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Socioafetividade: o estado da arte no direito de família brasileiro**. Revista IBDFAM: Famílias e Sucessões, Belo Horizonte, n. 5, p. 11-23, set./out. 2014, p. 16.

⁴⁵ FACHIN, Luiz Edson. **Da paternidade: relação biológica e afetiva**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996, p. 59.

credenciando-se a absorver jurídica e simultaneamente todos os efeitos práticos e legais dessa relação.

De acordo com a doutrina, a multiparentalidade pode ser conceituada em *stricto sensu* ou *lato sensu*. A primeira define a multiparentalidade como o reconhecimento jurídico em que alguém tenha três ou mais laços parentais, não abrangendo mera dupla paternidade ou dupla maternidade se desacompanhada do terceiro ascendente, ou seja, em sentido estrito, são casos de multiparentalidade aqueles em que uma pessoa tenha, no mínimo, duas mães e um pai ou dois pais e uma mãe. Já a acepção ampla consiste no reconhecimento, pelo ordenamento jurídico, de que uma pessoa tenha mais de um vínculo parental paterno ou mais de um vínculo parental materno, ou seja, o conceito abarca não somente os arranjos que envolvam, no mínimo, três ascendentes, mas também os casos de biparentalidade homoafetiva. É nessa acepção ampla que o fenômeno costuma ser estudado no Brasil, embora outra parte da doutrina acredite ser o conceito restrito mais adequado ao significado das expressões multiparentalidade/pluriparentalidade, cujos prefixos exprimem noção de muitos, em contraposição à biparentalidade.⁴⁶

De qualquer modo, esse fenômeno das relações sociais, apesar de não estar previsto em diploma legal, têm sido admissível em julgados que se contrapõem a essa lacuna jurídica e reconhece o direito da criança ter prescrito em sua certidão de nascimento o nome de mais de um pai e/ou uma mãe, amparando-se nos princípios afetos à família, especialmente no de melhor interesse da criança e do adolescente.

4.2 Fundamentação

4.2.1 Doutrina

No que concerne à socioafetividade, a doutrina, em grande maioria, entende as mudanças ocorridas na família brasileira e coloca a possibilidade como implícita no art. 1.593 do Código Civil de 2002, pois embora não tenha sido mencionada expressamente, trata-se de fenômeno importante na esfera fática e do Direito de Família e que vem cada vez mais ganhando força nos tribunais. Há, portanto, sob esse prisma, uma desbiologização da paternidade/maternidade.

Quando se leva em consideração também que a Constituição Federal de 1988, em seu art. 226, não definiu o conceito de família, mas, ao contrário, colocou-a, na

⁴⁶ SCHREIBER, Anderson; LUSTOS, Paulo Franco. **Efeitos jurídicos da multiparentalidade**. Pensar, Fortaleza, vol. 21, n. 3, p. 847-873, set./dez. 2016, p. 851.

pessoa de cada um dos que a integram, sob a tutela do Estado, José Gomes Canotilho faz referência ao “princípio da máxima efetividade” ou “princípio da interpretação efetiva”, que pode ser formulado da seguinte maneira:

A uma norma constitucional deve ser atribuído o sentido que maior eficácia lhe dê. Ou seja, na dúvida deve preferir-se a interpretação que reconheça maior eficácia à norma constitucional. Aplicando ao tema: se dois forem os sentidos que possam ser extraídos dos preceitos do art. 226 da Constituição brasileira, deve ser preferido o que lhes atribui o alcance de inclusão de todas as entidades familiares, pois confere maior eficácia aos princípios de “especial proteção do Estado” e de realização da dignidade pessoal.⁴⁷

Para a doutrina, o que constitui a essência da sociafetividade é o exercício fático da autoridade parental, externado sob a roupagem de condutas objetivas, dentre as quais: educar, criar e assistir a prole, sendo estes fatores que geram vínculos jurídicos da parentalidade. É preciso salientar que nesse âmbito não existe consenso entre a doutrina em relação ao peso do conceito de “posse do estado de filho” na filiação socioafetiva. Essa caracteriza-se pelos requisitos: nome, tratamento e fama.

Para Orlando Gomes, a configuração da posse de estado de filho ocorre nas seguintes circunstâncias: 1) sempre ter levado o nome dos presumidos genitores; 2) ter recebido continuamente o tratamento de filho legítimo; 3) ter sido constantemente reconhecido, pelos presumidos pais e pela sociedade, como filho legítimo.⁴⁸ Em outras palavras, significa dizer que o nome é a utilização do nome de família; o trato, o cuidado dispensado à pessoa criada; e, fama, o comportamento representativo de que essa pessoa sempre foi considerada no ambiente familiar e social como filho. Vale dizer aqui, que o termo “legítimo” é empregado porque a formulação dessa categorização foi feita antes da promulgação da Constituição de 1988.

Em relação a esses três elementos, a doutrina majoritária entende que o nome nem sempre se faz presente e que outros elementos podem surgir em determinadas situações, considerando suficiente para a caracterização da posse de estado de filho, os requisitos do tratamento e da reputação. É majoritário na doutrina que o fato de o filho nunca ter usado o patronímico dos pais, não enfraquece a “posse de estado de filho”, desde que estejam presentes os demais elementos, decorrentes da circunstância de fato, onde a criança ou adolescente é tratado como filho, clara e publicamente, exercendo todos os direitos e deveres inerentes a uma filiação. Para

⁴⁷ CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**, 7ª edição. Coimbra: Almedina, 2003, p. 162.

⁴⁸ GOMES, Orlando. **Direito de Família**, 7ª. edição. Rio de Janeiro: Forense, 1987, p. 324

essa corrente, a posse de estado de filho emerge como elemento caracterização da filiação de afeto.

Há outra parte da doutrina, minoritária, que não vê os fatores acima elencados como determinantes para a indicação de socioafetividade. Para esses, o vínculo de pais e filhos não é posse de domínio, mas de amor, respeito e busca da felicidade mútua, em uma instituição sem hierarquias. Essa corrente coloca o valor jurídico do afeto no mais alto degrau, sob a visão de que a filiação é um elemento da instituição familiar e que essa apenas faz sentido quando promove a dignidade de seus membros, na busca pela igualdade e solidariedade.

De qualquer modo, ambas as correntes que aceitam a socioafetividade como espécie de parentalidade concordam que a parentalidade não é uma relação pronta, ela se constrói progressivamente com o convívio, em um ambiente de responsabilidade e reciprocidade. A paternidade ou a maternidade não são somente atos físicos, mas opções, transpondo aspectos biológicos. O reconhecimento voluntário é ato pessoal, irrevogável, com efeito *erga omnes*, irretratável e indisponível, pois gera o estado de filiação, que produz efeitos psicológicos e patrimoniais retroativos.

Contudo, para que houvesse e o reconhecimento legal desse tipo de relação, na maioria das vezes, se fazia necessária a desconstituição do poder familiar em relação ao pai ou mãe biológicos, substituindo-o pelo pai ou mãe afetivos, o que claramente gera prejuízos psicológicos e patrimoniais à criança – e até mesmo aos pais biológicos em alguns casos, que podem estar, por exemplo, em uma relação homo ou poliafetiva e seu cônjuge ou companheiro(a) desejar ter o menor de idade como seu filho também.

A parentalidade socioafetiva tem, como o próprio nome indica, um viés fortemente sociológico e não se estabelece com o nascimento, mas num ato de vontade, que se baseia no campo da afetividade, ultrapassando a verdade jurídica ou genética. Pode ser dividida em quatro tipos: reprodução assistida heteróloga; adoção “à brasileira”, que refere-se em registrar uma criança sem o devido processo legal; adoção, como ato jurídico; e filho de criação, que desponta quando alguém educa, resguarda e protege em seu lar, por mera opção, criança ou adolescente, tratando perante terceiros como se filho seu fosse. Dentre todos, os dois últimos tipos de filiação talvez sejam os que mais possibilitam a materialização do fenômeno da multiparentalidade. Para Flávio Tartuce:

A paternidade socioafetiva declarada ou não em registro não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante, baseada na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios.⁴⁹

A multiparentalidade, também chamada de pluriparentalidade pela doutrina, é hoje uma realidade fática e para que surta efeitos jurídicos necessita do reconhecimento da dupla paternidade ou maternidade no registro civil. Ela desponta como alternativa para solucionar os problemas financeiros e psicológicos antes mencionados, vez que, com o seu reconhecimento, nenhum dos pais ou mães, sejam eles ou elas afetivos ou biológicos, precisa ser excluído da entidade familiar, podendo todos terem reconhecido legalmente os papéis de pais ou mães do mesmo filho, como de fato os exercem.

Outro ponto relevante é a doutrina interpretar que não há na legislação nada que coloque os tipos de parentalidade (jurídica, biológica e afetiva) em alguma espécie de hierarquia ou grau de importância. Com base nesse entendimento, entende-se que o ordenamento jurídico brasileiro acolhe a tese da multiparentalidade. O embasamento se dá, inclusive, sob a espectro dos princípios imanentes à família, tratados no item 3:

Não reconhecer as paternidades genética e socioafetiva, ao mesmo tempo, com a concessão de todos efeitos jurídicos, é negar a existência tridimensional do ser humano, que é reflexo da condição e da dignidade humana, na medida em que a filiação socioafetiva é tão irrevogável quanto a biológica, pelo que se deve manter incólumes as duas paternidades, com o acréscimo de todos os direitos [...]. Julgar pela impossibilidade jurídica da pluriparentalidade em todo e qualquer caso concreto, sob o pretexto de que uma pessoa só pode ter um pai ou uma mãe, não atende as expectativas jurídicas de uma sociedade multifacetada. Os princípios do melhor interesse da criança e do adolescente, da solidariedade familiar, da igualdade das filiações e da paternidade responsável devem ser a base e a estrutura das decisões ligadas à pluriparentalidade.⁵⁰

É fato que uma inserção legal constitucional expressa ou mesmo a existência de uma legislação infraconstitucional pacificariam o entendimento, já que muitos juristas ainda se apegam demasiadamente ao positivismo das normas, e facilitaria a aplicação da tese da multiparentalidade. Porém, apesar dessa ausência normativa, a

⁴⁹ TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil**, volume único, 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017, p. 1.224.

⁵⁰ BATISTA, Débora Mayane de Ávila. **A multiparentalidade e seus efeitos no âmbito do direito de família: análise à luz dos princípios da dignidade da pessoa humana e do melhor interesse da criança**. 2014. 79 f. Trabalho de conclusão do curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Ciências Sociais do Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2014, p. 55.

Justiça tem demonstrado em diversas decisões que já começou a admiti-la como realidade para o direito.

4.2.2 Jurisprudência e RE 898.060/SC - STF

Ao longo dos anos, com o surgimento e crescimento de diversos tipos de família, os tribunais, com diferentes embasamentos e variação espaço-temporal, foram deixando de ignorar a realidade das famílias brasileiras e passando a admitir a parentalidade socioafetiva como legítima. Assim, sob o amparo da Constituição Federal de 1988, a hermenêutica personalista, centrada nos princípios existencialistas, foi aproximando o Direito de Família com as relações sociais.

Os princípios da afetividade e da dignidade da pessoa humana, bem como os demais princípios inerentes à família, vêm contribuindo de forma impactante nas decisões mais recentes. É com base nisso que os tribunais começam a reconhecer a existência e a garantir a proteção das novas formas de família, pautadas sob o preceito de socioafetividade. Nesse sentido, a jurisprudência tem aderido à ideia de filiação afetiva independente da biológica: ações negatórias de paternidade, que se fulcram no art. 1.604 do CC, por exemplo, são improvidas quando se comprova existência de vínculo afetivo a criança, em uma convivência duradoura.

Assim sendo, o reconhecimento jurídico da socioafetividade como suficiente vínculo parental tem sido acolhido em grande parte dos nossos tribunais, encontrando cada vez menos resistência. Mesmo assim, ainda se discute se, e em quais casos, o vínculo socioafetivo ou o biológico devem prevalecer um sobre o outro. Uma das questões ainda debatidas diz respeito a um possível conflito entre uma paternidade biológica (comprovada, mas não exercida) e uma paternidade socioafetiva (comprovada e exercida concretamente por anos), com litígio entre as partes envolvidas.

Nesse trilhar, tais conflitos ainda não encontraram sua solução expressamente legislada. Existem vertentes que consagram a predominância de uma relação parental afetiva, concreta e vivenciada pelas partes, sobre o vínculo biológico; e outra que sustenta que, mesmo perante uma realidade socioafetiva consolidada, deve-se

prevalecer o vínculo parental genético, mesmo que não haja convivência de fato o pai biológico.⁵¹

Dentro da corrente que faz prevalecer o critério socioafetivo, há aqueles que o fazem com fundamento na posse de estado de filho, a qual, como já explicado, baseia-se nos critérios de nome, trato e fama – com ressalvas para o elemento “nome”, uma vez que a maioria concorda com a doutrina, no sentido de que este não pode ser um fator determinante – e há os que fundamentam que a socioafetividade não se trata de posse, e sim de assistência, cuidado e afeto.

Há, além disso, parte da jurisprudência que não acredita que deve existir prevalência de um ou outro tipo de filiação. Esses são os que reconhecem a multiparentalidade, ao considerarem, no mais alto grau, o princípio da dignidade da pessoa humana e o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. Atentando-se para a realidade fática, decisões, em 1ª ou 2ª instância, em diversas partes do Brasil, vem permitindo que seja inserido no registro de nascimento do menor o nome de mais de um pai e/ou uma mãe, isto é, que seja admitido pai ou mãe afetivos sem a exclusão dos biológicos. Nessa conjuntura, cabe apresentar algumas decisões, proferidas antes ou depois de recurso extraordinário julgado pelo STF, nas quais se admite a parentalidade socioafetiva e se demonstra que existência desta não implica, necessariamente, em uma exclusão da parentalidade biológica, e vice-versa:

Direito civil. Família, Criança e Adolescente, Recurso especial. Ação de anulação de registro de nascimento. Exame de DNA. Paternidade biológica excluída. Interesse maior da criança. Ausência de vício de consentimento. Improcedência do pedido. – As diretrizes devem ser muito bem fixadas em processos que lidam com direito de filiação, para que não haja possibilidade de uma criança ser desamparada por um ser adulto que a ela não se ligou, verdadeiramente, pelos laços afetivos supostamente estabelecidos quando do reconhecimento da paternidade. – A prevalência do interesse da criança é o sentimento que deve nortear a condução do processo em que se discute de um lado o direito do pai negar a paternidade em razão do estabelecimento da verdade biológica e, de outro, o direito da criança de ter preservado seu estado de filiação. – O reconhecimento espontâneo da paternidade somente pode ser desfeito quando demonstrado vício de consentimento; não há como desfazer um ato levado a efeito com perfeita demonstração de vontade, em que o próprio pai manifestou que sabia perfeitamente não haver vínculo biológico entre ele e o menor e, mesmo assim, reconheceu-o como seu filho [...]. – O julgador deve ter em mente a salvaguarda dos interesses dos pequenos, porque a ambivalência presente nas recusas de paternidade é particularmente mutilante para a identidade das crianças [...]. – A fragilidade e a fluidez dos relacionamentos entre os seres humanos não devem perpassar as relações entre pais e filhos, as

⁵¹ CALDERÓN, Ricardo Lucas. **A socioafetividade nas relações de parentalidade: estado da arte nos tribunais superiores**. Disponível em: <<http://genjuridico.com.br/2017/07/20/socioafetividade-nas-relacoes-de-parentalidade-estado-da-arte-nos-tribunais-superiores/>>. Acesso em 30 mar. 2019.

quais precisam ser perpetuadas e solidificadas [...] com vista ao interesse maior da criança. Recusos especiais conhecidos e providos. (STJ, Terceira Turma, conhecer dos recursos especiais e dar-lhes parcial provimento, por unanimidade. Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 09/12/2008).⁵²

No recurso especial em tela, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça proferiu, com unanimidade, que o estado de filiação não pode ser desfeito, ainda que comprovado, por exame de DNA, a não descendência genética, uma vez que o pai não fora induzido a erro quando reconheceu a criança como seu filho. A ministra relatora, de forma tocante, aduz que o desfazimento desse tipo de vínculo causa traumas nos menores de idade, defendendo a manutenção das relações de parentalidade.

Dentre os casos mais comuns de pedido de inclusão de mãe ou pai socioafetivos, estão aqueles em que a mãe ou o pai biológico já estão falecidos:

MATERNIDADE SOCIOAFETIVA. PRESERVAÇÃO DA MATERNIDADE BIOLÓGICA. RESPEITO À MEMÓRIA DA MÃE BIOLÓGICA FALECIDA NO PARTO. Enteadado criado como filho desde dois anos de idade. Filiação socioafetiva que tem amparo no art. 1.593 do Código Civil e decorre da posse do estado de filho, fruto de longa e estável convivência, aliado ao afeto e considerações mútuos, e sua manifestação pública, de forma a não deixar dúvida, a quem não conhece, de que se trata de parentes - A formação da família moderna não-consanguínea tem sua base na afetividade e nos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade. Recurso provido. (TJSP, Apelação Cível nº 64222620118260286, 1ª Câ. Dir. Privado, Rel. Des. Alcides Leopoldo e Silva Júnior, julgamento em 14/08/2012).⁵³

No processo descrito acima, após o falecimento da mãe biológica, o menor, desde tenra idade, permaneceu sob os cuidados do pai biológico e da madrasta, que o tratava como se filho fosse. Assim, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo concedeu a inclusão do nome da madrasta no registro civil, considerando inegável a posse de estado de filho, sem, contudo, retirar o nome da mãe biológica em respeito à sua memória.

Além dessas situações de falecimento do pai/mãe biológicos, são comuns pedidos de inclusão do pai socioafetivo, mesmo com o pai biológico ainda vivo, quando a paternidade afetiva foi constituída desde a pouca idade da criança. Um

⁵² STJ. **Recurso Especial nº 932692**. Terceira Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi. Julgado em 09 de dezembro de 2008. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/2491121/recurso-especial-resp-932692-df-2007-0052507-8>>. Acesso em 04 abr. 2019.

⁵³ TJSP. **Apelação Cível nº 64222620118260286**, 1ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Alcides Leopoldo e Silva Júnior. Julgada em 14 de agosto de 2012. Disponível em: <<https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22130032/apelacao-apl-64222620118260286-sp-0006422-2620118260286-tjsp>>. Acesso em 04 abr. 2019.

exemplo é o processo de nº 0038958-54.2012.8.16.0021, da Comarca de Cascavel/PR, que inicialmente era um pedido de adoção do menor pelo seu padrasto. Entretanto, para a criança, tanto o genitor quanto o padrasto possuíam a função de pai, chamando ambos assim. O genitor sempre acompanhou a vida do menor e exercia suas visitas regularmente, ao passo que o padrasto foi quem o educou e o criou, exercendo o poder familiar. Portanto, o juiz da Vara da Infância determinou a inclusão do nome do pai socioafetivo no registro civil sem excluir o do genitor.⁵⁴

Há processos que se assemelham no fim, mas que tem uma realidade oposta:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. PRESENÇA DA RELAÇÃO DE SOCIOAFETIVIDADE. DETERMINAÇÃO DO PAI BIOLÓGICO AGRAVES DO EXAME DE DNA. MANUTENÇÃO DO REGISTRO COM A DECLARAÇÃO DA PATERNIDADE BIOLÓGICA. POSSIBILIDADE. TEORIA TRIDIMENSIONAL. Mesmo havendo pai registral, o filho tem o direito constitucional de buscar sua filiação biológica (CF, § 6º do art. 227), pelo princípio da dignidade da pessoa humana. O estado de filiação é a qualificação jurídica da relação de parentesco entre pai e filho que estabelece um complexo de direitos e deveres reciprocamente considerados. Constitui-se em decorrência da lei (artigos 1.593, 1.596 e 1.597 do Código Civil, e 227 da Constituição Federal), ou em razão da posse do estado de filho advinda da convivência familiar. Nem a paternidade socioafetiva e nem a paternidade biológica podem se sobrepor uma à outra. Ambas as paternidades são iguais, não havendo prevalência de nenhuma delas porque fazem parte da condição humana tridimensional, que é genética, afetiva e ontológica. (TJRS. Apelação Cível nº 70029363918, 8ª Câmara Cível, Rel. Des. Claudir Fidelis Faccenda, julgamento em 07/05/2009).⁵⁵

No caso mostrado acima, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, por votação unânime, concluiu pela possibilidade do reconhecimento da paternidade biológica quando já estava assentada a paternidade socioafetiva; ou seja, mesmo tendo a menor sido registrada como filha por seu padrasto, em uma adoção “à brasileira”, o tribunal não viu impedimento para que também fosse colocado o nome do pai biológico no registro civil.

Diante do reconhecimento das uniões homoafetivas como entidades familiares, da garantia de acesso ao casamento e do uso das técnicas de reprodução assistida,

⁵⁴ TJPR, Vara da Infância e da Juventude de Cascavel. **Processo 0038958-54.2012.8.16.0021**. Julgado em 20 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.flaviotartuce.adv.br/assets/uploads/jurisprudencias/201302281223270.multiparent_sentpr.PDF>. Acesso em 11 abr. 2019.

⁵⁵ TJRS. **Apelação Cível nº 70029363918**, 8ª Câmara Cível, Rel. Des. Claudir Fidelis Faccenda.. Julgado em 07 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.mp.ce.gov.br/orgaos/orgaosauxiliares/cao/caocc/dirFamilia/jurisprudencia/10_acao.de.inv.estigacao.de.paternidade.pdf>. Acesso em 07 abr. 2019.

não há mais como negar essa realidade e não conferir respeito e direitos a estas famílias:

Declaratória de multiparentalidade. Registro civil. Dupla maternidade e paternidade. Impossibilidade jurídica do pedido. Inocorrência. Julgamento desde logo do mérito. Aplicação artigo 515, § 3º do CPC. A ausência de lei para regência de novos. E cada vez mais ocorrentes - fatos sociais decorrentes das instituições familiares, não é indicador necessário de impossibilidade jurídica do pedido. É que “quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito (artigo 4º da Lei de Introdução ao Código Civil). Caso em que se desconstitui a sentença que indeferiu a petição inicial por impossibilidade jurídica do pedido e desde logo se enfrenta o mérito, fulcro no artigo 515, § 3º do CPC. Dito isso, a aplicação dos princípios da “legalidade”, “tipicidade” e “especialidade”, que norteiam os “Registros Públicos”, com legislação originária pré-constitucional, deve ser relativizada, naquilo que não se compatibiliza com os princípios constitucionais vigentes, notadamente a promoção do bem de todos, sempre conceitos de sexo ou qualquer outra forma de discriminação (artigo 3, IV da CF/88), bem como a proibição de designações discriminatórias relativas à filiação (artigo 227, § 6º, CF), “objetivos e princípios fundamentais” decorrentes do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana. Da mesma forma, há que se julgar a pretensão da parte, a partir da interpretação sistemática conjunta com demais princípios infraconstitucionais, tal como a doutrina da proteção integral o do princípio do melhor interesse do menor, informadores do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), bem como, e especialmente, em atenção do fenômeno da afetividade, como formador de relações familiares e objeto de proteção Estatal, não sendo o caráter biológico o critério exclusivo na formação de vínculo familiar. Caso em que no plano fático, é flagrante o ânimo de paternidade e maternidade, em conjunto, entre o casal formado pelas mães e do pai, em relação à menor, sendo de rigor o reconhecimento judicial da “multiparentalidade”, com a publicidade decorrente do registro público de nascimento. Deram provimento. (TJRS, Apelação Cível nº 70062692876, 8ª Câmara Cível, Rel. Des. José Pedro de Oliveira Eckert, julgamento em 12/02/2015).⁵⁶

Apelação cível – Anulatória de testamento – Direitos civil e constitucional – Casal homoafetivo – Reconhecimento como entidade familiar- ADI4.277 e ADPF 132 STF – Reprodução assistida – Morte do companheiro antes do nascimento – Reconhecimento de filiação em testamento – Legalidade e validade – Concomitância entre paternidades socioafetiva e biológica – STF: RE 898.060 – Impossibilidade de redução das realidades familiares a modelos pré-concebidos – Novas formas de família – Multiparentalidade – Paternidade responsável – Artigo 226, §7º da Constituição da República – Incapacidade da testadora não comprovada – Recurso não provido. 1. A legislação civil contempla, em diversos diplomas normativos o reconhecimento de filiação em testamento, não cabendo impor limitação à hipótese única de filho havido fora do casamento e à existência de vínculo biológico, por manifesta ausência de vedação na ordem jurídica em vigor. 2. A compreensão jurídica contemporânea das famílias exige a ampliação da tutela normativa a todas as formas pelas quais a parentalidade pode se manifestar. 3. A partir dos julgamentos paradigmas do STF em repercussão geral, todas as formas de união que resultem em entidade

⁵⁶ TJRS. **Apelação Cível nº 70062692876**, 8ª Câmara Cível, Rel. Des. José Pedro de Oliveira Eckert. Julgada em 12 de fevereiro de 2015. Disponível em <<http://www.direitohomoafetivo.com.br/jurisprudencia-categoria/sub86multiparentalidade/88/1>>. Acesso em 04 abr. 2019.

familiar merecem proteção constitucional, inclusive quanto à constituição de prole, ainda que resulte em múltiplos vínculos, sejam biológicos e, não só mas também, afetivos. 4. A incapacidade do testador deve ser demonstrada mediante provas robustas e idôneas, quanto a falta de discernimento para a prática do ato por livre vontade. (TJMG, Apelação Cível: 10625130030186001, 2ª Câmara Cível, Rel. Des. Marcelo Rodrigues, julgamento em 11/12/2018).⁵⁷

E assim, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, objetivando o melhor interesse dos menores, concebem, para situações distintas, a multiparentalidade – como exemplo de restrita acepção do termo e de ampla acepção, respectivamente – à luz da dignidade da pessoa humana, da liberdade no planejamento familiar e do pluralismo das entidades familiares como uma realidade, ao permitirem o registro das crianças em nome de duas mães que convivem/conviviam como casal – seja em matrimônio ou união estável – e que fizeram da maternidade uma escolha responsável.

Por todo exposto, é ilustre trazer ao presente trabalho decisão do Supremo que representa um ícone para o tema. O Agravo Regimental no Recurso Extraordinário 898.060-SC, julgado em 2016, fixou a tese de que a paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. DIREITO CIVIL E CONSTITUCIONAL. CONFLITO ENTRE PATERNIDADES SOCIOAFETIVA E BIOLÓGICA. PARADIGMA DO CASAMENTO. SUPERAÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO DE 1988. EIXO CENTRAL DO DIREITO DE FAMÍLIA: DESLOCAMENTO PARA O PLANO CONSTITUCIONAL. SOBREPRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA (ART. 1º, III, DA CRFB). SUPERAÇÃO DE ÓBICES LEGAIS AO PLENO DESENVOLVIMENTO DAS FAMÍLIAS. DIREITO À BUSCA DA FELICIDADE. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL IMPLÍCITO. INDIVÍDUO COMO CENTRO DO ORDENAMENTO JURÍDICO-POLÍTICO. IMPOSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DAS REALIDADES FAMILIARES A MODELOS PRÉ-CONCEBIDOS. ATIPICIDADE CONSTITUCIONAL DO CONCEITO DE ENTIDADES FAMILIARES. UNIÃO ESTÁVEL (ART. 226, § 3º, CRFB) E FAMÍLIA MONOPARENTAL (ART. 226, § 4º, CRFB). VEDAÇÃO À DISCRIMINAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO ENTRE ESPÉCIES DE FILIAÇÃO (ART. 227, § 6º, CRFB). PARENTALIDADE PRESUNTIVA, BIOLÓGICA OU AFETIVA. NECESSIDADE DE TUTELA JURÍDICA AMPLA. MULTIPLICIDADE DE VÍNCULOS PARENTAIS. RECONHECIMENTO CONCOMITANTE. POSSIBILIDADE. PLURIPARENTALIDADE. PRINCÍPIO DA PATERNIDADE RESPONSÁVEL (ART. 226, § 7º, CRFB). RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. FIXAÇÃO DE TESE PARA APLICAÇÃO A CASOS SEMELHANTES.

⁵⁷ TJMG. **Apelação Cível nº 10625130030186001**, 2ª Câmara Cível, Rel. Des. Marcelo Rodrigues. Julgado em 11 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/661095331/apelacao-civel-ac-10625130030186001-mg/inteiro-teor-661095401?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

[...] 3. A família, objeto do deslocamento do eixo central de seu regramento normativo para o plano constitucional, reclama a reformulação do tratamento jurídico dos vínculos parentais à luz do sobreprincípio da dignidade humana (art. 1º, III, da CRFB) e da busca da felicidade. 4. A dignidade humana compreende o ser humano como um ser intelectual e moral, capaz de determinar-se e desenvolver-se em liberdade, de modo que a eleição individual dos próprios objetivos de vida tem preferência absoluta em relação a eventuais formulações legais definidoras de modelos preconcebidos, destinados a resultados eleitos a priori pelo legislador. Jurisprudência do Tribunal Constitucional alemão (BVerfGE 45, 187). 5. A superação de óbices legais ao pleno desenvolvimento das famílias construídas pelas relações afetivas interpessoais dos próprios indivíduos é corolário do sobreprincípio da dignidade humana. 6. O direito à busca da felicidade, implícito ao art. 1º, III, da Constituição, ao tempo que eleva o indivíduo à centralidade do ordenamento jurídico-político, reconhece as suas capacidades de autodeterminação, autossuficiência e liberdade de escolha dos próprios objetivos, proibindo que o governo se imiscua nos meios eleitos pelos cidadãos para a persecução das vontades particulares. [...] 7. O indivíduo jamais pode ser reduzido a mero instrumento de consecução das vontades dos governantes, por isso que o direito à busca da felicidade protege o ser humano em face de tentativas do Estado de enquadrar a sua realidade familiar em modelos pré-concebidos pela lei. 8. A Constituição de 1988, em caráter meramente exemplificativo, reconhece como legítimos modelos de família independentes do casamento, como a união estável (art. 226, § 3º) e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, cognominada “família monoparental” (art. 226, § 4º), além de enfatizar que espécies de filiação dissociadas do matrimônio entre os pais merecem equivalente tutela diante da lei, sendo vedada discriminação e, portanto, qualquer tipo de hierarquia entre elas (art. 227, § 6º). 9. As uniões estáveis homoafetivas, consideradas pela jurisprudência desta Corte como entidade familiar, conduziram à imperiosidade da interpretação não reducionista do conceito de família como instituição que também se forma por vias distintas do casamento civil (ADI nº. 4277, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, Tribunal Pleno, julgado em 05/05/2011). 10. A compreensão jurídica cosmopolita das famílias exige a ampliação da tutela normativa a todas as formas pelas quais a parentalidade pode se manifestar, a saber: (i) pela presunção decorrente do casamento ou outras hipóteses legais, (ii) pela descendência biológica ou (iii) pela afetividade. 11. A evolução científica responsável pela popularização do exame de DNA conduziu ao reforço de importância do critério biológico, tanto para fins de filiação quanto para concretizar o direito fundamental à busca da identidade genética, como natural emanção do direito de personalidade de um ser. 12. A afetividade enquanto critério, por sua vez, gozava de aplicação por doutrina e jurisprudência desde o Código Civil de 1916 para evitar situações de extrema injustiça, reconhecendo-se a posse do estado de filho, e consequentemente o vínculo parental, em favor daquele utilizasse o nome da família (nominatio), fosse tratado como filho pelo pai (tractatio) e gozasse do reconhecimento da sua condição de descendente pela comunidade (reputatio). 13. A paternidade responsável, enunciada expressamente no art. 226, § 7º, da Constituição, na perspectiva da dignidade humana e da busca pela felicidade, impõe o acolhimento, no espectro legal, tanto dos vínculos de filiação construídos pela relação afetiva entre os envolvidos, quanto daqueles originados da ascendência biológica, sem que seja necessário decidir entre um ou outro vínculo quando o melhor interesse do descendente for o reconhecimento jurídico de ambos [...]. 15. Os arranjos familiares alheios à regulação estatal, por omissão, não podem restar ao desabrigo da proteção a situações de pluriparentalidade, por

isso que merecem tutela jurídica concomitante, para todos os fins de direito, os vínculos parentais de origem afetiva e biológica, a fim de prover a mais completa e adequada tutela aos sujeitos envolvidos, ante os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) e da paternidade responsável (art. 226, § 7º). 16. Recurso Extraordinário a que se nega provimento, fixando-se a seguinte tese jurídica para aplicação a casos semelhantes: “A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com todas as suas consequências patrimoniais e extrapatrimoniais (STF, RE 898.060, Rel. Min. Luiz Fux, julgamento em 15/03/2016).⁵⁸

Para o ministro relator, o direito não pode se ater apenas aos modelos consagrados em legislações passadas, cujo modelo familiar se baseava apenas na formação de uma prole advinda de um casamento civil, entre um homem e uma mulher. Embasar-se em tais fundamentos é negar os avanços sociais conquistados pelos novos modelos familiares, cercear direitos e não proteger a criança em sua integralidade, como manda a Constituição de 1988. Assim, seguindo o relator, a maioria do Supremo reconheceu que a existência da paternidade (ou maternidade) socioafetiva não exime os pais biológicos dos efeitos legais previstos no ordenamento; ou seja, a Corte entendeu não haver concorrência entre os vínculos biológico e socioafetivo, podendo, ambos coexistirem, com o escopo de priorizar pelo melhor interesse da criança ou do adolescente.

No entanto, toda essa evolução no Direito de Família, a fim de garantir a efetivação de tantos princípios afetos à família, acaba por gerar reflexos jurídicos em outras áreas. A concretude da multiparentalidade gera também calorosas discussões quanto aos deveres e consequências patrimoniais por ela criados.

4.2.3 Provimento nº 63 do CNJ

O provimento nº 63 editado em 14 de novembro de 2017, pelo Conselho Nacional de Justiça:

Institui modelos únicos de certidão de nascimento, casamento e de óbito, a serem adotadas pelos órgãos de registro civil das pessoas naturais, e dispõe sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva no Livro "A" e sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida.⁵⁹

⁵⁸ STF. **AgR RE 898.060/SC**. Rel. Min. Luiz Fux. Julgado em 15 de março de 2016. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/2491121/recurso-especial-resp-932692-df-2007-0052507-8>>. Acesso em 04 abr. 2019.

⁵⁹ CNJ. Atos Administrativos: **Provimento Nº 63 de 14/11/2017**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3380>>. Acesso em 29 abr. 2019.

O CNJ, levando em conta a ampla aceitação doutrinária e jurisprudencial da paternidade e maternidade socioafetiva, os princípios da afetividade e da dignidade da pessoa humana como fundamento da filiação civil e a possibilidade do parentesco resultar de outra origem que não a consanguinidade, unifica no território nacional a autorização do reconhecimento voluntário da parentalidade socioafetiva, ou seja, extrajudicialmente, nos cartórios de registro de pessoas naturais, tornando desnecessária a provocação das varas de família e da infância e juventude, mas contando com a anuência dos genitores registrais e o consentimento do filho, se maior de 12 anos de idade. O provimento foi além ao admitir, expressamente, a multiparentalidade, exigindo o respeito ao limite registral de dois pais e de duas mães no campo da filiação. Esse posicionamento reitera e solidifica a decisão do STF já mencionada.

Embora tenha surgido com o intuito de facilitar o reconhecimento da socioafetividade e da multiparentalidade, o provimento aproximou de maneira equivocada a parentalidade socioafetiva do instituto da adoção, impondo à primeira o rigor procedimental do Estatuto da Criança e do Adolescente. Referidos institutos não se confundem: primeiramente, porque a parentalidade socioafetiva, ao inverso da adoção, traduz uma situação fática; segundo lugar, porque o reconhecimento da parentalidade socioafetiva não exige, tampouco pressupõe, a destituição do poder familiar - diferentemente da adoção, não há a substituição dos pais biológicos pelos socioafetivos, mas, sim, a inclusão dos últimos no assento de nascimento do sujeito.⁶⁰

Salienta-se que o controle jurisdicional não será afastado, devendo o registrador solicitar a intervenção do Poder Judiciário sempre que tiver dúvida sobre a veracidade dos laços de socioafetividade. Assim, suspeitando de fraude, falsidade, má-fé, vício de vontade, simulação ou dúvida sobre a configuração do estado de posse de filho, o registrador fundamentará a recusa, não praticará o ato e encaminhará o pedido ao juiz competente nos termos da legislação local".⁶¹

4.3 Efeitos Jurídicos

4.3.1 Nome

⁶⁰ BARANSKI, Julia Almeida. **Tribuna da Defensoria: A parentalidade socioafetiva no Provimento 63/2017 do CNJ**, 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-jun-19/tribuna-defensoria-parentalidade-socioafetiva-provimento-632017-cn>>. Acesso em 29 abr. 2019.

⁶¹ IBID.

O nome é um dos direitos de personalidade que foi contemplado nos arts. 16 a 19 do Código Civil de 2002, e, como tal, apresenta-se como intransmissível, irrenunciável e vitalício, eis que comuns à própria existência da pessoa. Trata-se de direito subjetivo, inerentes à pessoa, absoluto, indisponível, imprescritíveis e impenhorável.

Desde o advento da Lei nº 11.924, de 17 de abril de 2009, que alterou o art. 57, §8ª, da Lei de Registros Públicos, o enteado ou enteada pode requerer ao juiz, em determinados casos, a adoção do sobrenome do padrasto ou madrastra, desde que consensualmente, sem prejuízo dos sobrenomes dos genitores. A lei vem de fato dar respaldo jurídico a diversas realidades familiares. Ao autorizar a averbação do nome de família do cônjuge ou companheiro(a) do pai ou da mãe, ela realça a importância da afetividade familiar entre indivíduos que mesmo sem laços biológicos agem como pais e filhos. Portanto, a lei permite que a criança ou adolescente que tenha constituído em seu registro civil mais de um pai e/ou uma mãe, carregue o sobrenome do pai/mãe biológico e pai/mãe socioafetivo, sem discriminação.

4.3.2 Guarda

Apesar do Código Civil de 2002 não trazer positivado nenhum direito ou dever aos padrastos e madrastras, não se pode desconsiderar que bônus e ônus estão gravados na Carta Magna, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Código Civil, numa análise principiológica. Não obstante, antes de discorrer a respeito dos efeitos de guarda advindos da multiparentalidade, é importante lembrar que não se deve confundir parentalidade socioafetiva com vínculo de afinidade. Este estabelece-se comumente entre padrastos/madrastras e seus enteados, numa relação jurídica de parentesco por afinidade; já aquela ocorre numa relação jurídica de filiação.⁶²

O mesmo diploma legal trata do assunto nos arts. 1.583 a 1.590 e estabelece que a guarda será, em regra, compartilhada, objetivando o melhor interesse da criança ou adolescente. A lei, entretanto, não faz menção ao critério biológico ou afetivo da paternidade/maternidade; ao contrário, o § 5º do art. 1.584 até prevê a possibilidade de o juiz fixar a guarda do menor a quem se revele compatível, de preferência parente e com relação de afinidade e afetividade. Pode-se, pois, interpretar a norma de forma

⁶² RIVA, Léia Comar. **Parentesco por afinidade e guarda de fato: reciprocidade de direitos, deveres e restrições**. Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p.51-64, nov./dez. 2014.

a não fazer distinção entre os tipos de parentalidade, concebendo a chance de o menor de idade permanecer sob a guarda de pais biológicos ou afetivos, a depender, em análise do caso, daquele que melhor atende as necessidades da criança ou adolescente, notadamente as de caráter afetivo.

Como a multiparentalidade caracteriza-se pela presença de mais de um pai e/ou mãe, talvez haja maior dificuldade prática no estabelecimento da guarda, em razão da maior quantidade de vínculos parentais formados; porém, mais uma vez, ressalta-se que o critério a ser adotado será sempre o melhor interesse da criança, em consonância com a doutrina de proteção integral consagrada pelo art. 227 da Constituição.

No que se refere ao direito de convivência, salvo se aplicado o previsto no art. 1.616 do CC de 2002, o art. 1.589 prevê que o pai ou a mãe, em cuja guarda não estejam os filhos, poderá visitá-los e tê-los em sua companhia, da mesma maneira que o parágrafo único do dispositivo estende esse direito a qualquer dos avós, sem distinção entre genéticos e socioafetivos.

4.3.2 Alimentos

O ordenamento pátrio prevê a guarda exercida sob o poder familiar, exercida pelos pais em relação ao filho, e a guarda como instituto de direito assistencial, fora do âmbito familiar. Ao lado dessas, existe também a guarda de fato, resultante de uma situação cotidiana, estabelecida por decisão própria, em que uma pessoa toma a criança ou adolescente sob sua responsabilidade sem qualquer atribuição legal. Essa última foi normatizada pela Lei nº 12.010/09, que acrescentou o § 2º ao art. 46 do ECA. O parentesco por afinidade que se estabelece entre padrasto/madrasta e seus enteados dá origem à guarda de fato quando estão em convívio familiar.⁶³

Parte da doutrina defende que enteados podem pedir alimentos à padrastos ou madrastas, com o argumento de que:

Dissolvido o casamento ou a união estável, não se extingue o parentesco por afinidade na linha reta (CC, 1 595 § 2º). Ora, se subsiste o vínculo de parentesco por afinidade, para além do fim do casamento e da união estável, a obrigação alimentar também deve permanecer [...]. No entanto, a doutrina é contra o reconhecimento da obrigação alimentar, entendendo que a afinidade não origina parentesco, mas apenas aliança, não sendo apta a criar direito a alimentos. Porém, a lei não faz qualquer distinção. Fala em parentesco por afinidade (CC, 1.595 § 1º) e

⁶³ RIVA, Léia Comar. **Parentesco por afinidade e guarda de fato: reciprocidade de direitos, deveres e restrições**. Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões, Porto Alegre, vol. 1, n. 3, p.51-64, nov./dez. 2014.

impõe obrigação alimentar aos parentes (CC, 1.694). Desse modo, quando o legislador faz menção a parentes, devem se entender aí os familiares consanguíneos, os da afinidade e da adoção.⁶⁴

Ora, se pode-se entender que o parentesco por afinidade e a guarda de fato geram obrigação alimentar, considerando que o parentesco por linha reta não se extingue, é evidente que a parentalidade socioafetiva – a qual estabelece relação de filiação – gera obrigação alimentar em caso de dissolução de casamento ou união estável. Em ambos os casos o fundamento jurídico pode estar presente nos arts. 227 e 230 da Constituição de 1988, estabelecendo dever recíproco entre as partes e consolidando o princípio de proteção integral aos menores de idade e o amparo e defesa da dignidade e bem-estar das pessoas idosas.

O dever de prestar alimentos decorre do princípio da solidariedade, consagrado no art. 229 da lei maior, e tem regulamentação nos arts. 1.694 e subsequentes do Código Civil de 2002. O art. 1.696, dando ênfase ao exposto acima, determina a reciprocidade entre pais – sem citar se biológico ou afetivo – e filhos no dever de prestar alimentos. Já o art. 1.698 permite o chamamento ao processo dos demais devedores em caso de serem várias as pessoas obrigadas a prestar alimentos, devendo cada uma concorrer na proporção dos respectivos recursos. Faz-se também menção ao art. 1.700, demonstrando que, do mesmo modo que o filho tem o “bônus” da garantia de alimentos pelo pai ou mãe afetivos, tem o ônus de prestá-los se em condição de herdeiro do devedor.

Nesse contexto, a multiparentalidade ocasiona a multiplicidade de devedores, os quais serão obrigados ao pagamento em valor suficiente para satisfazer as necessidades de subsistência do alimentado. Assim, a simultaneidade de relações de parentalidade permite que a criança ou adolescente, ou ainda maiores incapazes, conforme art. 1.590 do CC/2002, receba alimentos de mais de um pai e/ou mãe, do mesmo modo que gera dever de assistência, amparo e prestação de alimentos quando seus múltiplos pais tornarem-se idosos ou se encontrarem em situação de dependência financeira.

4.3.4 Sucessórios

⁶⁴ DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**, 10ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 385, 592.

O Direito Sucessório está baseado no direito de propriedade e na sua função social e, em termos gerais, existem duas modalidades básicas de sucessão *causa mortis*, conforme art. 1.786 do Código Civil/2002: sucessão legítima, a qual decorre da lei e indica a ordem de vocação hereditária, presumindo a vontade dos autos; e sucessão testamentária, que, por testamento, codicilo ou legado, tem origem em ato de última vontade do *de cujus*. O arts. 1.784 e 1.788 dispõem que a herança é transmitida desde o momento em que é aberta a sucessão, com a morte da pessoa, e que, não havendo testamento, ela é passada aos herdeiros legítimos.⁶⁵ O códex ainda define como herdeiros necessários os cônjuges (igualados os companheiros), os ascendentes e descendentes, de acordo com o art. 1.845/2002. Estabelece o artigo seguinte que pertence a eles metade dos bens da herança, denominado legítima.

A ordem de vocação hereditária, prevista no art. 1.829 mesmo diploma legal, foi estabelecida conforme as relações de parentesco, onde os descendentes, em concorrência com o cônjuge ou companheiro, figuram na primeira classe de chamamento à sucessão. Uma vez reconhecida e declarada a filiação socioafetiva, este filho passa a ter todos os direitos sucessórios. Vale lembrar que, em consonância com o dispositivo constitucional várias vezes mencionado, os filhos – sejam eles consanguíneos ou não, concorrem com igualdade e devem ter a partilha em quotas iguais. O arts. 227, §6º, da CF, e 1.596, do CC, ordenam:

Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação". Assim sendo, independente da forma de reconhecimento de filhos, sendo estes naturais ou afetivos, possuem os mesmos direitos, inclusive sucessórios.⁶⁶

Depreende-se que as regras de sucessão deverão ser aplicadas na parentalidade socioafetiva, igualando-se as ligações biológicas e as socioafetiva. Relativo a isso, por mais que a legislação não tenha tratado expressamente, a doutrina e a jurisprudência têm assegurado ao filho socioafetivo o reconhecimento do vínculo *post mortem*:

Se for comprovado o vínculo do afeto, se os elementos de posse de estado de filho estão constituídos, estando reconhecida judicialmente ou

⁶⁵ TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil**, volume único, 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017, p. 1.539.

⁶⁶ BRASIL. Código Civil. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 10 abr. 2018.

não [...]. Inúmeros podem ser os motivos pelos quais não houve o reconhecimento expresso. O que vale na filiação afetiva é ter tido laço de afeto com o pai ou a mãe ou ambos.⁶⁷

No que diz respeito à multiparentalidade, seu reconhecimento como nova forma de entidade familiar possível para Constituição implica em novas relações de parentesco e, por conseguinte, reflexos do Direito de Sucessão. Independente da filiação estabelecida ser biológica ou afetiva, no momento da transmissão da herança seria criada uma linha de sucessão para cada pai ou mãe que o filho tiver.

Mesmo que ainda seja incomum o fato de uma pessoa ter direitos sobre heranças de diversos ascendentes em primeiro grau, não há óbices na ordem constitucional vigente. Por isso, independentemente da origem do vínculo, o filho será herdeiro necessário e terá direito à legítima de todos os pais. Vale, todavia, recordar que o inverso, ou direito de sucessão dos ascendentes em relação ao filho também se cumpre na multiparentalidade. Outrossim, caso essa pessoa faleça sem deixar descendentes, abre-se a sucessão aos ascendentes (em concorrência com o cônjuge ou companheiro, conforme art. 1.829 do Código Civil) – biológicos e afetivos.

4.3.5 Previdenciários, Eleitorais e Tributários

Além de todos os efeitos elencados nos itens anteriores, a multiparentalidade, como realidade jurídica, repercute em alguns aspectos do Direito Previdenciário, Direito Eleitoral e Direito Tributário. Quanto ao primeiro caso, um dos beneficiários dos regimes da previdência social são os filhos, e no que diz respeito aos efeitos da multiparentalidade, o filho não emancipado até vinte e um anos, ou se inválido ou com deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, se torna dependente de todos os pais constituídos em seu registro de nascimento. No caso de todos serem segurados da Previdência Social, em suas mortes, o filho terá direito ao recebimento cumulado de, no mínimo, três pensões, caso esteja dentro do lapso temporal que caracterize a dependência, independentemente do regime previdenciário dos pais (RGPS, RPPS, ou Regime Complementar), uma vez que a

⁶⁷ GOULART, Fabiane Aline Teles. O reconhecimento da filiação socioafetiva com seus efeitos sucessórios. **Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões**, vol. 14, n. 32, p. 17-41, fev./mar., 2013, p. 35.

legislação é omissa quanto à hipótese de acumulação desse benefício no caso de morte dos pais.⁶⁸

Para o Direito Eleitoral, o efeito da multiparentalidade diz respeito à causa de inelegibilidade do cônjuge e parentes dos chefes do executivo, positivada pelo artigo 14, § 7º da Constituição Federal de 1988:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

[...]

§ 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.⁶⁹

A norma define que cônjuges – e igualmente companheiros – e parentes, consanguíneos ou afins até o segundo grau ou provenientes de adoção, dos chefes do executivo não podem ser eleitos. Nota-se a conformidade da norma com os preceitos constitucionais relativos, principalmente em relação à igualdade entre os filhos. Desta maneira, o reconhecimento da multiparentalidade tornará todos os envolvidos nessa relação inelegíveis, ou seja, todos os pais e/ou mães, bem como os irmãos uni e bilaterais, não poderão se eleger na circunscrição em que a pessoa com mais de um pai e/ou mãe for chefe do Executivo.

Por último, temos, no que tange ao Direito Tributário, em matéria de “responsabilidade para terceiros”, disposta no inciso I do art. 134 do Código Tributário Nacional, que caberá aos pais, em solidariedade, o dever de adimplemento dos tributos devidos pelos filhos menores de idade. Logo, com o reconhecimento da multiparentalidade, será acrescido mais um responsável pelo pagamento do tributo. Ademais, quanto ao imposto de renda pessoa física, cumpre aduzir a respeito dos efeitos relativos à redução da base de cálculo em razão de despesas com dependente e o tratamento da pensão alimentícia.⁷⁰

⁶⁸ COHEN, Ana Carolina Trindade Soares; FELIX, Jéssica Mendonça. **Multiparentalidade e entidade familiar: fundamento constitucional e reflexos jurídicos**. Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais Fits, Maceió, vol. 1, n. 3, p. 23-38, nov. 2013.

⁶⁹ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 10 abr. 2018.

⁷⁰ COHEN, Ana Carolina Trindade Soares; FELIX, Jéssica Mendonça. **Multiparentalidade e entidade familiar: fundamento constitucional e reflexos jurídicos**. Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais Fits, Maceió, vol. 1, n. 3, p. 23-38, nov. 2013.

Outrossim, vê-se que o reconhecimento da multiparentalidade não causa reflexos somente no Direito de Família, como pode parecer a um leigo. Ele origina implicações que criam direitos e deveres em diversos outros ramos do direito, levando a concluir que seria de fundamental importância sua disciplina expressa na Carta Magna ou no Código Civil, contribuindo não só para a regulamentação de uma verdade existencial de indivíduos que vivem socioafetivamente, mas resguardando direitos jurídicos aos envolvidos e à sociedade.

5. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, nota-se que as legislações são reflexos dos valores morais vigentes de cada tempo e lugar. No Brasil, não somente o Direito de Família, mas o ordenamento jurídico como um todo, tenta acompanhar as transformações de valores que ocorrem na sociedade, o que nem sempre acontece concomitantemente. E é nesse ínterim que se coloca o intérprete da lei, com uma perspectiva abrangente dos casos, tentando dar às situações da vida real contemplação naquilo em que a lei se omitiu.

As leis brasileiras, desde os primórdios do país, seguiram os prolegômenos presentes nas constituições. E nesse aspecto, para entender os dias atuais, é necessária uma abordagem histórica que permita compreender como as concepções foram mudando ao longo dos séculos. Passamos de uma sociedade essencialmente patrimonialista a uma existencialista, tirando o foco principal que recaía sobre os bens materiais e passando-o para o ser, como sujeito de direitos e deveres.

Nesse contexto, a família, a instituição civil e jurídica mais antiga, é uma das que mais sofreu – e ainda sofre – alterações na sua estrutura interna e externa. Sua evolução é delineada como consequência da própria evolução social. Desde meados do século passado para os dias de hoje, em especial, ocorreram diversas mudanças de paradigmas sociais que interferiram diretamente na maneira como elas são constituídas e o que seus membros buscam. Em razão disso, o Direito de Família mostra sua importância por conta da complexidade que rodeia o seu objeto.

A Constituição Federal de 1988, abandonando o viés materialista existente nas constituições anteriores, é redigida sob influências de caráter substancialmente principiológico, passando a pautar-se na existência da pessoa. Os princípios da dignidade da pessoa humana, da solidariedade e da isonomia norteiam os demais e servem de fundamento para toda a legislação vigente.

Em decorrência disso, é claro o redirecionamento das relações familiares no intuito de preservar o que há de mais importante: o afeto, a solidariedade, a proteção mútua e o respeito. A observação dos valores e princípios constitucionais atuais nas entidades familiares efetivam sua função social, ao passo que a não observância desses preceitos enseja o descumprimento da função social da família. Destarte, o que se busca hodiernamente é a felicidade e realização pessoal de cada integrante da instituição, com a promoção do desenvolvimento de suas personalidades e potencialidades.

Além dos princípios supracitados, existem outros que estão intrinsicamente relacionados ao instituto familiar, com destaque para os princípios da afetividade e da pluralidade familiar, que vêm contribuindo de forma decisiva na formação de novas entidades familiares, a citar: famílias-mosaico, homoafetivas e poliafetivas. É com base no direito à busca da felicidade que os Tribunais estão reconhecendo a existência e garantindo proteção às famílias plurais, construídas, muitas vezes, não por laços consanguíneos, mas por relações de afeto.

A Carta Magna não nos apresenta uma definição para “família” e os tipos familiares com menção expressa nela não constituem rol taxativo, pois, além de não existir norma que proíba outros arranjos familiares, não pode o direito impor limites a maneira de como as pessoas devem ou não se relacionarem quando o que se busca é a felicidade de todos os envolvidos. A legislação não tem o condão de determinar às pessoas o que é melhor ou pior para elas, tratando-se de uma esfera tão íntima, cujos membros são realmente os únicos com o poder de definir aquilo que lhes preenche afetivamente. Portanto, a interpretação constitucional aplicável à formação das entidades familiares deve ser sistemática e teleológica.

Com esse pensamento, as entidades familiares construída, principalmente, pela afetividade e solidariedade estão juridicamente protegidas como tipos próprios, tutelando-se os efeitos legais à luz dos princípios constitucionais. Nesse cenário, emerge o reconhecimento de um modelo já existente há tempos na sociedade: o da parentalidade socioafetiva como forma legítima de filiação, pautada no afeto e na posse de estado de filho, isto é, no cuidado dispensado à pessoa criada e no comportamento externado de que a criança ou adolescente é considerada filho no ambiente familiar e social.

O reconhecimento da parentalidade socioafetiva é a certificação, tendo em conta o fenômeno da desbiologização, de que ser pai e mãe não se confunde com mero fornecedor de material genético; é a legitimação de que a paternidade afetiva não pode ser considerada menos significativa que a biológica. Ela fundamenta-se em diversos princípios, como, além dos já citados, o da isonomia entre os filhos, da paternidade responsável e do melhor interesse da criança ou adolescente, e gera consequências em outros ramos do direito, como em Sucessões, ao conceder ao filho socioafetivo os mesmos direitos e deveres dos filhos biológicos, sem fazer qualquer distinção ou discriminação, atendendo, mais um vez, ao que preceitua a Constituição.

Junto à perfilhação socioafetiva e acompanhando a evolução no conceito de família, surge um fenômeno mais recente que dá novos contornos à entidade familiar, ao permitir que uma mesma pessoa tenha em seu registro civil mais de um pai e/ou uma mãe. A doutrina diverge um pouco na interpretação do termo, considerando, às vezes, como multiparentalidade a presença de dois pais ou duas mães – também chamada de biparentalidade – e, em outros momentos, a presença de um pai e duas mães ou dois pais e uma mãe, ou seja, três indivíduos, no mínimo, figurando como pais do menor. Ambas admitem, no entanto, que todas as pessoas que figurarem como pai ou mãe do menor serão credenciadas a absorver jurídica e simultaneamente todos os efeitos práticos e legais dessa relação.

Para além dessa discussão, o essencial é garantir à criança e ao adolescente, uma relação que lhe ofereça amparo, proteção integral e suporte para que se desenvolva plenamente nos aspectos físico, mental e psicológico. Tão importante quanto o reconhecimento do fenômeno como nova forma de família derivada da socioafetividade, faz-se indispensável a produção e regulação de todos seus efeitos legais: com a possibilidade de inclusão dos nomes de família de todos os pais/mães no registro de nascimento, dos direitos de guarda e visitação, alimentos recíprocos e direitos sucessórios.

Antes do julgamento do Recurso Extraordinário 898.060 pelo STF, a doutrina e a jurisprudência não tinham entendimento pacífico quanto à coexistência da paternidade biológica e da socioafetiva. Alguns entendiam que o reconhecimento da filiação socioafetiva implicava, necessariamente, na desconstituição do vínculo com biológico, porém, o Supremo fixou a tese de que a paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios. Com isso, os Tribunais passaram a permitir a inclusão do nome do pai socioafetivo sem prejuízo do pai biológico, e vice-versa, nas diversas formas de família, como demonstrado pelos julgados, a exceção das famílias poliafetivas, talvez por serem uma questão assumidamente muito recente. Todavia, importa dizer que, assim como acontece com as uniões homoafetivas, não se pode negar algumas concessões legais para essa nova realidade existente atualmente.

É evidente que para a criança ou adolescente é desvantajoso privar-lhes de ter dois ou mais pais e/ou mães se todos eles lhe fornecem cuidado, carinho e amor. Não há por que não se permitir que uma pessoa tenha em seu registro dois pais e/ou duas

mães se esses atuam de modo solidário, se agem em seu benefício e se lhe propiciam todo o necessário para seu desenvolvimento de forma integral.

Embasando-se na mútua busca da felicidade e fundamentando-se nos princípios constitucionais da pluralidade familiar, dignidade da pessoa humana e da prioridade absoluta de proteção integral da criança e do adolescente e melhor interesse destes, é perfeitamente viável a coexistência de elos parentais afetivos e biológicos. A ausência da multiparentalidade em previsão legal não deve constituir óbice para seu reconhecimento. Todavia, crianças e adolescentes são sujeitos com absoluta prioridade de proteção e direitos garantidos pela Constituição, e, por isso, o perfilhamento deve ser medida tomada de maneira pensada, com alicerce no princípio da paternidade responsável, uma vez que gerará ao pai ou mãe afetivos deveres no que tange à assistência desse menor, como a obrigação alimentar e a inclusão deste no rol de herdeiros necessários de sua herança, não havendo possibilidade jurídica de desconstituição do vínculo de parentalidade, além de qualquer tentativa de desfazimento da relação gerar no menor de idade danos psicológicos imensuráveis e provavelmente não reparáveis.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Luciano Silva. **Evolução histórica e legislativa da família**. In: Curso de 10 Anos do Código Civil: Aplicação, Acertos, Desacertos e Novos Rumos, volume I., 2013, Rio de Janeiro. Anais.... Rio de Janeiro: Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), 2013, p.205-214.

BATISTA, Débora Mayane de Ávila. **A multiparentalidade e seus efeitos no âmbito do direito de família: análise à luz dos princípios da dignidade da pessoa humana e do melhor interesse da criança**. 2014. 79 f. Trabalho de conclusão do curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Ciências Sociais do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Brasília, 2014.

BRASIL. Código Civil. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3071.htm>. Acesso em: 26 fev. 2019.

_____. Código Civil. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm>. Acesso em: 20 mar. 2019.

_____. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 20 fev. 2019.

_____. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 20 fev. 2019.

_____. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 25 fev. 2019.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 15 dez. 2018.

_____. Estatuto da criança e do adolescente: **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>; acesso em 03 abr. 2019.

_____. Lei do Divórcio. **Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6515.htm>. Acesso em: 10 fev. 2019.

_____. Planos de Benefícios da Previdência Social. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em 30 abr. 2019.

BUCHMANN, Adriana. **A paternidade socioafetiva e a possibilidade de multiparentalidade sob a ótica do ordenamento jurídico pátrio**. 2013, 79f. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2013.

CALDERÓN, Ricardo Lucas. **A socioafetividade nas relações de parentalidade: estado da arte nos tribunais superiores**. Disponível em: <<http://genjuridico.com.br/2017/07/20/socioafetividade-nas-relacoes-de-parentalidade-estado-da-arte-nos-tribunais-superiores/>>. Acesso em 30 mar. 2019.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**, 7ª edição. Coimbra: Almedina, 2003..

CARNUT, Leonardo; FAQUIM, Juliana. **Conceitos de família e a tipologia familiar**. Journal of Management & Primary Health Care, vol. 5, n. 1, p.62-70, 2014. Disponível em: <<http://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2017/10/4-CARNUT-Leonardo-FAQUIM-Juliana.pdf>>. Acesso em 07 jan. 2019.

CASAGRANDE, Lilian Patricia. **O Pluralismo Familiar: as Novas Formas de Entidades Familiares do Artigo 226 da Constituição de 1988**. Revista Síntese: Direito de Família, São Paulo, n. 78, p. 67-82, jun./jul. 2013.

CHAVES, Marianna. **Famílias mosaico, socioafetividade e multiparentalidade: breve ensaio sobre as relações parentais na pós-modernidade**. Anais do IX Congresso Brasileiro de Direito de Família... Araxá: IBDFAM, 2013, p. 143-157. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/47617933/ANAIS_PLURALIDADE_E_FELICIDADE.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1541727392&Signature=ERJlJl6iVawPTMxACnpiCXSzdLo%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DFAMILIAS_MOSAICO_SOCIOAFETIVIDADE_E_MULT.pdf>. Acesso em 05 dez. 2018.

CNJ. Atos Administrativos: **Provimento Nº 63 de 14/11/2017**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3380>>. Acesso em 29 abr. 2019.

COHEN, Ana Carolina Trindade Soares; FELIX, Jéssica Mendonça. **Multiparentalidade e entidade familiar: fundamento constitucional e reflexos jurídicos**. Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais Fits, Maceió, vol. 1, n. 3, p. 23-38, nov. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/view/1215>>. Acesso em 10 abr. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Agência CNJ de Notícias. **CNJ serviço: entenda o que é suspensão, extinção e perda do poder familiar**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80757-cnj-servico-entenda-o-que-e-suspensao-extincao-e-perda-do-poder-familiar>>. Acesso em 29 mar 2019.

COSTA, Dilvanir José da. **A família nas Constituições**. Revista de informação legislativa, Brasília, vol. 43, n. 169, p. 13-19, jan./mar. 2006. Disponível em <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/92305/Costa%20Dilvanir.pdf>>. Acesso em 02 abr. 2019.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**, 10ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito de Família**, vol. 5, 25ª. edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

DRESCH, Márcia. **A instituição familiar na legislação brasileira: conceitos e evolução histórica**. 2015. Disponível em <<https://jus.com.br/artigos/51795/a-instituicao-familiar-na-legislacao-brasileira-conceitos-e-evolucao-historica>> Acesso em: 10 mar. 2019.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

ERLICHMAN, Márcia. **Configurações familiares com a união poliafetiva**. 2016. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/configuracoes-familiares-com-a-uniao-poliafetiva/>>. Acesso em 05 abr. 2019.

FACHIN, Luiz Edson. **Da paternidade: relação biológica e afetiva**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: Famílias**, vol. 6, 7ª. edição. São Paulo: Atlas, 2015.

GOMES, Orlando. **Direito de Família**, 7ª. edição. Rio de Janeiro: Forense, 1987

GOULART, Fabiane Aline Teles. **O reconhecimento da filiação socioafetiva com seus efeitos sucessórios**. Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões, vol. 14, n. 32, p. 17-41, fev./mar., 2013.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Entidades familiares constitucionalizadas: para além do “numerus clausus”**. Revista IBDFAM: Famílias e Sucessões, Porto Alegre, vol. 3, n. 12, p. 40-55, jan./mar. 2002. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/193.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

_____. **Socioafetividade: o estado da arte no direito de família brasileiro**. Revista IBDFAM: Famílias e Sucessões, Belo Horizonte, n. 5, p. 11-23, set./out. 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. **O Ministério Público e a Igualdade de Direitos para LGBTI: Conceitos e Legislação**, 2ª edição, Brasília: MPF, 2017. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/midiateca/nossas-publicacoes/o-ministerio-publico-e-a-igualdade-de-direitos-para-lgbti-2017>>. Acesso em 03 abr. 2019.

MOTA, Tércio de Sousa; ROCHA, Rafaele Ferreira; MOTA, Gabriela Brasileiro Campos. **Família – Considerações gerais e historicidade no âmbito jurídico**, 2011. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/fam%C3%ADlia-%E2%80%93-considera%C3%A7%C3%B5es-gerais-e-historicidade-no-%C3%A2mbito-jur%C3%ADdico>>. Acesso em 20 mar. 2019.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil: Direito de Família**, vol. 5, 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

OUTEIRAL, José. **Famílias e Contemporaneidade**. Jornal de Psicanálise, São Paulo, vol. 40, nº 72, p. 63-73, jun. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-58352007000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 fev. 2019.

PATINO, Ana Paula Correia; VEZZONI, Marina Rosa. **Obrigação alimentar: litisconsórcio necessário?** Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões, Porto Alegre, vol. 1, n. 3, nov./dez. 2014

PERDOMO, Ariane. **O poliamor como novo vetor da afetividade na família contemporânea**. Revista Síntese: Direito de Família, São Paulo, n. 85, p. 53-66, ago./set. 2014.

PÓVOAS, Maurício Cavallazzi. **Multiparentalidade: A possibilidade de múltipla filiação registral e seus efeitos**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2012

RIVA, Léia Comar. **Parentesco por afinidade e guarda de fato: reciprocidade de direitos, deveres e restrições**. Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões, Porto Alegre, vol. 1, n. 3, p.51-64, nov./dez. 2014.

RODRIGUES, Sílvio. **Direito Civil: Direito de Família**, vol. VI, 28ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski; OLIVEIRA, Ligia Ziggitti de; PEREIRA, Jacqueline Lopes. **A multiparentalidade e seus efeitos segundo três princípios fundamentais do direito de família**. Quaestio Iuris, vol.11, n. 2, Rio de Janeiro, 2018. p. 1268-1286.

SCHREIBER, Anderson; LUSTOS, Paulo Franco. **Efeitos jurídicos da multiparentalidade**. Pensar, Fortaleza, vol. 21, n. 3, p. 847-873, set./dez. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/5824>>. Acesso em 20 mar. 2019.

SENADO FEDERAL. Publicação e Documentação. **Memória Legislativa do Código Civil**. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/publicacoes/MLCC/>>. Acesso em 02 abr. 2019.

SIQUEIRA, Alessandro Marques de. **O conceito de família ao longo da história e a obrigação alimentar**. Revista Jus Navigandi, ano 15, n. 2664, Teresina, out. 2010. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/17628>>. Acesso em: 2 mar. 2019.

SIQUEIRA, Tamiris Aparecida Rangel; PINTO, Ricardo Spinelli. **A filiação socioafetiva e seus reflexos no ordenamento jurídico brasileiro**. Revista das Faculdades Integradas Vianna Júnior, vol. 5, Juiz de Fora, 2014. Disponível em: <<http://viannasapiens.com.br/revista/article/view/138>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

STF. **AgR RE 898.060/SC**, Rel. Min. Luiz Fux. Julgado em 15 de março de 2016. Disponível em: <<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/RE898060.pdf>>. Acesso em 06 abr. 2019.

STJ. **Recurso Especial nº 932.692**. Terceira Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi. Julgado em 09 de dezembro de 2008. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/2491121/recurso-especial-resp-932692-df-2007-0052507-8>>. Acesso em 04 abr. 2019.

SZYMANSKI, Heloisa. **Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança**. Revista Quadrimestral de Serviço Social. 2002, p.09-25.

TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil**, volume único, 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

TEPEDINO, Gustavo. **Temas de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

TJMG. **Apelação Cível nº 10625130030186001**, 2ª Câmara Cível, Rel. Des. Marcelo Rodrigues. Julgado em 11 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/661095331/apelacao-civel-ac-10625130030186001-mg/inteiro-teor-661095401?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

TJPR, Vara da Infância e da Juventude de Cascavel. **Processo 0038958-54.2012.8.16.0021**. Julgado em 20 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.flaviotartuce.adv.br/assets/uploads/jurisprudencias/201302281223270.multiparent_sentpr.PDF>. Acesso em 11 abr. 2019.

TJRS. **Apelação Cível nº 70029363918**, 8ª Câmara Cível, Rel. Des. Claudir Fidelis Faccenda. Julgado em 07 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.mp.ce.gov.br/orgaos/orgaosauxiliares/cao/caocc/dirFamilia/jurisprudencia/10_acao.de.investigacao.de.paternidade.pdf>. Acesso em 07 abr. 2019.

TJRS. **Apelação Cível nº 70062692876**, 8ª Câmara Cível. Rel. Des. José Pedro de Oliveira Eckert. Julgada em 12 de fevereiro de 2015. Disponível em <<http://www.direitohomoafetivo.com.br/jurisprudencia-categoria/sub86multiparentalidade/88/1>>. Acesso em 04 abr. 2019.

TJSP. **Apelação Cível nº 64222620118260286**, 1ª Câ. Dir. Privado, Rel. Des. Alcides Leopoldo e Silva Júnior. Julgada em 14 de agosto de 2012. Disponível em: <<https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22130032/apelacao-apl-64222620118260286-sp-0006422-2620118260286-tjsp>>. Acesso em 04 abr. 2019.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: direito de família**, vol. 6, 13ª edição. São Paulo: Atlas, 2013.

VILLELA, João Baptista. **Desbiologização da Paternidade**. Revista Da Faculdade de Direito - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, vol. 21, 1979, p. 400-418.